



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CAMPUS POETA TORQUATO NETO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

ADRIELLE ARAUJO DE OLIVEIRA

**LIVRE, PODEROSO E AUTÊNTICO: O SIGNIFICADO DOS CABELOS CRESPOS
NATURAIS NA LUTA, AUTOESTIMA E AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA**

TERESINA - PI
2025

ADRIELLE ARAUJO DE OLIVEIRA

**LIVRE, PODEROSO E AUTÊNTICO: O SIGNIFICADO DOS CABELOS CRESPOS
NATURAIS NA LUTA, AUTOESTIMA E AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Estadual do Piauí (UESPI), como requisito
parcial para conclusão do Curso de Graduação em
Licenciatura em História.

Orientadora: Prof. Me. Sérgio Romualdo Lima Brandim.

ADRIELLE ARAUJO DE OLIVEIRA

**LIVRE, PODEROSO E AUTÊNTICO: O SIGNIFICADO DOS CABELOS CRESPOS
NATURAIS NA LUTA, AUTOESTIMA E AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Estadual do Piauí (UESPI), como requisito
parcial para conclusão do Curso de Graduação em
Licenciatura em História.

Orientadora: Prof. Me. Sérgio Romualdo Lima Brandim.

Aprovado em: 06/01/2025

Prof. Me. Sérgio Romualdo Lima Brandim (Orientador)
Universidade Estadual do Piauí – UESPI

Gizeli da Conceição Lima (Examinadora)
Universidade Estadual do Piauí - UESPI

Rosália Maria Carvalho Mourão (Examinadora)
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Dedico ao meu Deus. Sua bondade e misericórdia nos trouxeram até aqui.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar meus mais profundos sentimentos de gratidão por toda essa caminhada.

“Até aqui me ajudou o Senhor”. Sem Ele, eu não teria conseguido me tornar universitária, me esforçar, melhorar a cada dia e, mesmo sem muita fé, não desistir. Minha gratidão ao Deus do impossível por tudo.

Agradeço à tia Mikaela por tudo o que fez por mim: pelos ensinamentos, pelo cuidado, pela provisão, por ter sido casa e sustento. Tudo o que fez impactou diretamente a minha vida, e eu sempre serei grata. Nós conseguimos!

Agradeço ao Antonio e à Silvia, um casal de senhores que me adotaram e me deram uma nova oportunidade de estudos. Graças a eles, consegui entrar na universidade. Que Deus os tenha em um bom lugar.

Às minhas primas Laura e Clara, minhas incentivadoras na vida, que sempre viram potencial em mim, minha gratidão eterna.

Agradeço à Rakell, uma amiga de caminhada, que segurou firme minha mão e não deixou que eu engavetasse esse lindo sonho. Obrigada!

Jessica, minha amiga, não tenho palavras para expressar toda minha gratidão por você ter estado ao meu lado em todos os momentos da minha vida. Obrigada por sempre acreditar em mim, mesmo quando eu duvidei. Sua amizade, apoio e fé em mim foram fundamentais para que eu chegasse até aqui e conseguisse me formar. Você é uma pessoa incrível, e sou muito grata por ter você em minha vida!

Vanessa e Tayse, minha gratidão por vocês é indescritível. Durante os momentos de dor e incertezas, quando eu achava que não seria capaz, vocês foram meu suporte emocional e minha âncora. Vocês me deram um sentimento de pertencimento no mundo, algo que eu tanto precisava. A força e o carinho de vocês foram fundamentais para que eu seguisse em frente. Obrigada por estarem ao meu lado, por acreditarem em mim e por serem amigas tão especiais. Sou eternamente grata a vocês!

Jani, quero agradecer de coração por tudo o que você fez por mim durante essa caminhada de formação. Você me acolheu, me deu um lar, cuidou de mim com tanto carinho e sempre foi fiel e atenta às minhas necessidades. Sua generosidade e apoio foram fundamentais para que eu chegasse até aqui. E mesmo depois de tudo, você continua sendo uma das minhas maiores incentivadoras na vida. Sou imensamente grata por você e por tudo o que representou e representa para mim. Obrigada por tudo!

Arieza, quero expressar minha imensa gratidão por ter te conhecido nessa caminhada. Você se tornou alguém muito especial para mim. Compartilhar bons momentos ao seu lado, mesmo em meio às turbulências do curso, marcou minha jornada. Sua amizade fez toda a diferença, trazendo leveza e força. Obrigada por tudo e por ser essa pessoa tão incrível!

Jamais poderia deixar de agradecer a Kemilly e à irmã Zeza pelo sentimento bom que causam em minha vida, pela sensação de ter um lar quando estou com elas e pelo cuidado que experimento em um lugar tão aconchegante. O apoio de vocês é algo para toda a vida.

Quero expressar minha gratidão ao André, que foi o mais perto que já tive de um irmão. Obrigada pelas caronas que me salvaram de ir a pé para a universidade e, acima de tudo, por todos os anos de amizade. Que Deus te abençoe sempre!"

Pastor Izaías e irmã Antônia, quero expressar minha profunda gratidão por terem me acolhido e me proporcionado um lar durante minha caminhada de estudos. O amor, cuidado e generosidade de vocês fizeram toda a diferença nessa fase tão importante da minha vida. Sou imensamente grata a Deus por ter colocado pessoas tão especiais no meu caminho. Que Ele abençoe abundantemente a vida de vocês, assim como vocês abençoaram a minha!

Gostaria de expressar minha imensa gratidão à Sabrina e aos seus pais, Pr. Samuel e irmã Eremita, por tudo que já fizeram por mim. Vocês foram instrumentos de Deus em minha vida, proporcionando-me não apenas apoio, mas também um lar onde me senti acolhida e amada. O carinho, as palavras de incentivo e as ações generosas de vocês são marcas profundas em meu coração, que jamais esquecerei.

Minha gratidão ao casal Ana Paula e Eric pelo lar acolhedor que possuem, onde tantas vezes me senti em casa. Foi nesse ambiente de união que pude desenvolver novas habilidades e vivenciar momentos preciosos em família. Que Deus continue abençoando vocês e esse lar tão especial!

Renata, minha gratidão por você é enorme! Você foi a primeira pessoa a saber que eu havia destrancado o curso e, desde então, esteve ao meu lado, me incentivando e me encorajando com seus sábios conselhos. Sua confiança e apoio foram fundamentais para que eu seguisse em frente com coragem. Obrigada por acreditar em mim e por ser uma presença tão importante nessa jornada!

Mateus, quero agradecer de coração por tudo o que você fez por mim durante o curso. Você foi um amigo incrível, sempre disposto a ajudar com tudo o que eu precisava e estando presente nos momentos mais importantes. Sua amizade foi essencial nessa caminhada, e sou imensamente grata por ter contado com você ao meu lado. Obrigada por ser tão especial!

Aos amigos do curso, quero expressar minha profunda gratidão a cada um de vocês. Apesar de nossas diferenças, vocês sempre foram incríveis comigo, demonstrando acolhimento, respeito e amizade. Esse apoio foi fundamental e, sem dúvida, salvou meus estudos. Obrigada por tornarem essa caminhada mais leve e significativa. Vocês têm um lugar especial no meu coração!

Gostaria de deixar um agradecimento especial a uma família que entrou na minha vida em um momento delicado. Raphael Kayan, lhe agradeço pela oportunidade de emprego, que trouxe mais dignidade, força e esperança à minha vida. Seus conselhos e grande sabedoria ecoam em minha mente constantemente e me enchem de possibilidades. Suas oportunidades mudaram minha vida, e agradeço também à sua filha e esposa pelo acolhimento no lar, onde pude desenvolver ainda mais meu conhecimento. Vocês foram a luz que eu precisava, e por isso, gostaria de deixar registrado este agradecimento formal.

Quero agradecer aos meus colegas de trabalho pelo incentivo constante e pelo apoio que fizeram toda a diferença nessa jornada. Vocês foram fundamentais para que eu chegasse até aqui. Obrigada por tudo!

Deixo também um agradecimento a Camila e Marlon, pastores amados que conheci e que abriram meus olhos para um horizonte que antes me parecia impossível. O trabalho de vocês impulsiona e gera sonhos em meu coração. Obrigada!

Ao meu orientador, Brandim, que abraçou meu tema com um olhar esperançoso e com a visão de que já tinha dado certo, meu agradecimento especial. Seu apoio foi essencial para que eu chegasse até aqui.

A todas as pessoas que estiveram em minha vida ao longo desses anos, saibam o quão grata sou por terem feito parte dessa jornada. Aos meus professores, sempre tão cheios de sabedoria, solícitos e atenciosos, meus sinceros agradecimentos. Vocês fizeram toda a diferença.

RESUMO

O objetivo do trabalho é analisar como a mídia e a escola contribuem para reforçar ou desconstruir estereótipos raciais, avaliando suas consequências para a autoestima e o pertencimento étnico-racial. O trabalho aborda as representações midiáticas e escolares sobre cabelos crespos e cacheados, com ênfase nos impactos do racismo estrutural na construção da identidade de pessoas negras, destacando-se autores como Nilma Lino Gomes, Bell Hooks e Stuart Hall, que discutem a construção da identidade negra em contextos permeados por desigualdades raciais e culturais. O contexto histórico e social evidencia como a mídia e o ambiente escolar perpetuam a supremacia branca e a marginalização do corpo negro. Na mídia, produtos audiovisuais frequentemente retratam negros em papéis subalternos, invisibilizando sua diversidade. Nas escolas, a normatização de padrões estéticos eurocêntricos, como a "política do bom cabelo", afeta a autoestima de crianças negras, além de reforçar estigmas negativos. Mesmo com a implementação da Lei 10.639/2003, que prevê o ensino de história e cultura afro-brasileira, práticas pedagógicas discriminatórias persistem. Desse modo, foi possível notar que tanto a mídia quanto a escola têm potencial para atuar como agentes de transformação social, todavia com a necessidade de uma educação antirracista e de políticas públicas que promovam a valorização da cultura negra e o enfrentamento do racismo estrutural. A formação continuada de professores é apontada como um caminho essencial para desconstruir preconceitos e criar um ambiente inclusivo, capaz de fomentar o respeito à diversidade e a construção de identidades positivas.

Palavras-Chave: História; Cabelos Crespos e Cacheados; Racismo; Mídia; Escolas.

ABSTRACT

The aim of this paper is to analyze how the media and schools contribute to reinforcing or deconstructing racial stereotypes, assessing their consequences for self-esteem and ethnic-racial belonging. The paper addresses media and school representations of curly and kinky hair, with an emphasis on the impacts of structural racism on the construction of the identity of black people, highlighting authors such as Nilma Lino Gomes, Bell Hooks and Stuart Hall, who discuss the construction of black identity in contexts permeated by racial and cultural inequalities. The historical and social context highlights how the media and the school environment perpetuate white supremacy and the marginalization of the black body. In the media, audiovisual products often portray black people in subordinate roles, making their diversity invisible. In schools, the standardization of Eurocentric aesthetic standards, such as the "good hair policy", affects the self-esteem of black children, in addition to reinforcing negative stigmas. Even with the implementation of Law 10.639/2003, which provides for the teaching of Afro-Brazilian history and culture, discriminatory pedagogical practices persist. Thus, it was possible to note that both the media and schools have the potential to act as agents of social transformation, but with the need for anti-racist education and public policies that promote the appreciation of black culture and the confrontation of structural racism. Continuing teacher training is highlighted as an essential path to deconstructing prejudices and creating an inclusive environment, capable of fostering respect for diversity and the construction of positive identities.

Keywords: History; Curly and Kinky Hair; Racism; Media; Schools.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 Representações Midiáticas dos Cabelos Cacheados e Crespos	14
2.1 Estereótipos Raciais na Imprensa	14
2.2 A "Domesticação" do Cabelo Crespo nas Novelas e Programas de Televisão.....	23
3 Racismo e Cabelos Crespos nas Escolas	32
3.1 O Racismo Estrutural nas Escolas e a Política do Bom Cabelo.....	32
3.2 Resistência Estudantil e a Afirmação da Identidade Negra.....	37
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um verdadeiro mosaico cultural, formado pela interseção de etnias e tradições diversas, enriquecido pelas peculiaridades regionais e pela pluralidade de seu povo. Contudo, essa riqueza cultural contrasta com a desinformação e o preconceito ainda enraizados em diversas esferas da sociedade. Um exemplo emblemático dessa problemática é a representatividade do cabelo crespo, que simboliza a identidade da mulher negra em variados contextos sociais. Desde cedo, muitos internalizam a ideia de que o cabelo é a "moldura do rosto". Porém, assim como a moldura de um retrato é secundária em relação à imagem que ela emoldura, a estética capilar não deveria determinar a essência ou o valor de uma pessoa.

Historicamente, a textura e a aparência dos cabelos crespos têm sido motivos para a desvalorização estética da população negra, posicionando-a em desvantagem numa hierarquia de beleza que privilegia padrões eurocêntricos. Segundo Viana (1979, citado por Franco, 2012), "o cabelo crespo é o que mais incomoda a alguns brancos no aspecto físico dos negros". Essa realidade torna imprescindível o aprofundamento de debates públicos sobre negritude, especialmente em espaços educacionais que impactam a formação de meninas negras, cuja identidade muitas vezes é fragilizada por padrões estéticos hegemônicos.

Ao longo do tempo, movimentos como o Rastafari, na década de 1930, e os movimentos "Black is Beautiful" e "Black Power", nas décadas de 1960 e 1970, têm desempenhado um papel crucial na valorização da estética negra e no enfrentamento ao racismo. Essas iniciativas foram fundamentais para as lutas antirracistas no Brasil, ajudando a ressignificar símbolos como o cabelo crespo e promovendo a resistência cultural e política. No ambiente escolar, essas questões assumem especial relevância, pois meninas negras frequentemente enfrentam conflitos relacionados à sua identidade étnico-racial, o que pode impactar sua autoestima e sua relação com a cultura negra, colocada em posição de subalternidade em relação à estética branca.

Os fios de cabelo crespo estão inseridos em um sistema social que padroniza e normatiza a beleza, muitas vezes incentivando o alisamento ou outras alterações na textura natural. Esses processos configuram uma tentativa de adaptação a padrões estéticos brancos. Em contrapartida, assumir o cabelo crespo natural se torna um ato de empoderamento e afirmação da identidade negra. Nesse contexto, o cabelo é reinterpretado como um símbolo de ancestralidade africana e resistência histórica.

Durante o período escravocrata, os cabelos dos africanos eram raspados como uma forma de apagar traços étnicos, religiosos e sociais, configurando uma violência simbólica

contra suas culturas e identidades. Essa prática ressurgiu, de forma adaptada, na contemporaneidade, como no encarceramento da população negra, onde o corte forçado de cabelos ainda ocorre sob o pretexto de higiene. Tais atos reforçam o controle sobre os corpos negros, perpetuando violências históricas.

Kilomba (2019) destaca que a diferença não é intrínseca, mas construída por processos de discriminação que hierarquizam traços fenotípicos e negam a ancestralidade africana. Crianças negras, independentemente de gênero, são alvos frequentes de racismo no ambiente escolar, enfrentando insultos, piadas e até agressões. Em vez de ser um espaço de formação cidadã e transformação social, a escola muitas vezes se torna palco da reprodução de ideias e práticas racistas.

Por fim, esta pesquisa também analisa a construção da identidade capilar afrodescendente na mídia, desde jornais e novelas até as redes sociais. Nos últimos anos, plataformas digitais têm dado visibilidade ao cabelo afro por meio de coletivos e indivíduos que incentivam a transição capilar, processo que estimula o abandono de químicas em favor da textura natural. Esses movimentos promovem a autoaceitação e a elevação da autoestima, especialmente entre mulheres. Este trabalho busca destacar a importância desse fenômeno e as reflexões profundas que ele desperta, contribuindo para ampliar as discussões sobre identidade e resistência cultural no Brasil.

A investigação sobre cabelos crespos e cacheados, bem como a análise do racismo na historiografia brasileira, é essencial tanto na mídia quanto no ambiente escolar, especialmente na formação de professores em licenciatura em história. Essas pesquisas promovem a valorização da identidade e da cultura afro-brasileira, desafiando os padrões estéticos eurocêntricos que historicamente moldaram o imaginário social. Na mídia, a representação positiva de cabelos crespos e cacheados fortalece a autoestima e incentiva a aceitação das raízes afrodescendentes. Nas escolas, tais discussões são indispensáveis para formar jovens conscientes da riqueza cultural e histórica do país, além de desconstruir preconceitos e fomentar a reflexão crítica sobre a diversidade.

No campo da historiografia, a análise do racismo estrutural revela como as desigualdades foram mantidas ao longo do tempo, destacando narrativas frequentemente negligenciadas. Essa abordagem, quando levada ao contexto escolar, contribui para a formação de cidadãos mais críticos e engajados socialmente. Para a formação de professores, essas investigações são fundamentais, pois ampliam o repertório pedagógico e capacitam os educadores a abordar temas como escravidão, resistência negra e movimentos por direitos no Brasil de forma contextualizada e reflexiva. Ademais, essas iniciativas estão alinhadas com a

Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Pesquisas sobre cabelos crespos e cacheados, aliadas à análise do racismo, oferecem ferramentas indispensáveis para a aplicação dessa lei, enriquecendo o ensino com perspectivas que valorizam a herança africana na construção da sociedade brasileira. Esses esforços também fomentam a produção de materiais didáticos, literaturas, filmes e documentários que servem como instrumentos pedagógicos valiosos.

Ao enfatizar a estética afro e discutir o racismo estrutural, essas pesquisas não apenas promovem a educação antirracista, mas também contribuem para a construção de uma sociedade mais justa, plural e consciente. Elas desempenham um papel central na transformação das narrativas históricas e na promoção de uma educação comprometida com a equidade social e o respeito à diversidade. A compreensão do racismo estrutural e a valorização das culturas afro-brasileiras têm sido enriquecidas por historiadores e teóricos que redefiniram a visão histórica do Brasil e impulsionaram uma educação mais inclusiva. Entre esses pensadores destacam-se Silvio Almeida, Lélia Gonzalez e Abdias do Nascimento.

Silvio Almeida (2019), filósofo e sociólogo contemporâneo, aborda em sua obra *Racismo Estrutural* como o racismo está profundamente enraizado nas instituições e práticas sociais. Ele argumenta que o racismo vai além de atitudes individuais, sendo um fenômeno sistêmico que exige reflexões profundas para ser combatido. Lélia Gonzalez (1988), importante intelectual do movimento negro brasileiro, destacou as interseções entre raça, gênero e classe, propondo a educação como ferramenta de resistência às opressões enfrentadas pelas mulheres negras. Sua obra *O Corpo Negro no Brasil* explora essas dinâmicas, trazendo contribuições indispensáveis para o debate. Abdias do Nascimento (1978), ativista pioneiro nas discussões sobre questões raciais no Brasil, em sua obra *O Genocídio do Negro Brasileiro*, denuncia políticas de violência e marginalização contra a população negra, defendendo uma reinterpretação da história que valorize as contribuições negras à formação do país.

Esses pensadores são cruciais na formação de professores de história, fornecendo subsídios teóricos para análises críticas das relações raciais e permitindo a desconstrução de mitos, como o da "democracia racial". Por meio do estudo dessas obras, os licenciandos podem desenvolver práticas pedagógicas mais inclusivas e comprometidas com a valorização da cultura negra. A integração dessas abordagens nos currículos escolares contribui para sensibilizar os estudantes em relação às questões raciais, promovendo reflexões críticas sobre as desigualdades persistentes na sociedade. Dessa forma, a inclusão dessas perspectivas no ensino de história é essencial para formar educadores comprometidos com a construção de uma sociedade mais igualitária e respeitosa de sua diversidade cultural.

No primeiro capítulo, o foco é o impacto da mídia na construção de estereótipos e preconceitos relacionados aos cabelos cacheados e crespos. A análise será dividida em dois tópicos: a representação nos jornais e revistas, e a representação em novelas e programas televisivos. No tópico um, intitulado “Estereótipos Raciais na Imprensa”, analisa como jornais e revistas retratam os cabelos cacheados e crespos, com ênfase em como essas representações reforçaram o racismo estrutural. A imprensa, frequentemente, associa cabelos crespos a uma imagem de desordem ou descuido, enquanto celebra padrões eurocêtricos de beleza. No segundo tópico, “A "Domesticação" do Cabelo Crespo nas Novelas e Programas de Televisão”, foi analisado como as novelas e os programas de TV, especialmente no Brasil, apresentam personagens com cabelos crespos e cacheados. O estudo mostra como a mídia promoveu uma "domesticação" desses cabelos, frequentemente retratando personagens negros como subalternos, e quando há personagens com cabelos crespos, há uma pressão para alisá-los ou escondê-los.

No capítulo dois, o propósito é discutir o impacto do racismo nas escolas, com foco em como o cabelo crespo é tratado no ambiente educacional. A discriminação no espaço escolar reforça padrões de beleza que marginalizam alunos com cabelos crespos, afetando sua autoestima e identidade. No tópico um, “O Racismo Estrutural nas Escolas e a "Política do Bom Cabelo"”, explora como o racismo nas escolas molda a forma como os alunos com cabelos crespos são vistos e tratados. Muitas vezes, professores e colegas associam cabelo crespo a uma falta de cuidado ou de disciplina, promovendo a ideia de que o "bom cabelo" é o cabelo liso. Este tópico também discutirá os efeitos psicológicos disso sobre as crianças e adolescentes. No segundo tópico “Resistência Estudantil e a Afirmação da Identidade Negra” foi abordado a forma como alunos negros, ao longo do tempo, começaram a resistir a essas normas racistas dentro das escolas, afirmando sua identidade e celebrando seus cabelos crespos. Ações como o Movimento Negro nas escolas e o fortalecimento de iniciativas de empoderamento, como o "Orgulho Crespo", transformaram o ambiente educacional.

2 REPRESENTAÇÕES MIDIÁTICAS DOS CABELOS CACHEADOS E CRESPOS

2.1 Estereótipos Raciais na Imprensa

A mídia e seus conteúdos divulgam informações, realidades, culturas, comportamentos, sistemas políticos e ideologias. No Brasil, a mídia é controlada majoritariamente por setores da elite branca, que, desde o período colonial, construíram o ideal imaginário de branqueamento. Esse modelo se consolidou como uma influência importante no processo de *agenda-setting*¹. Liv Sovik, no artigo “*A branquitude e o estudo da mídia brasileira: algumas anotações a partir de Guerreiro Ramos*” (2002), aborda como a disseminação desse padrão de branqueamento é reforçada pelos meios de comunicação, perpetuando desigualdades históricas e estruturais:

Os meios de comunicação e os produtos culturais de massa veiculam a cultura hegemônica, em sua articulação instável de diferenças. O resultado, em geral, é de aparência branca, exatamente porque a branquitude continua sendo uma espécie de projeto para a Nação, uma autoimagem positiva. (...) No universo da mídia brasileira, a branquitude é um pólo de identificação, mesmo quando a palavra “branco” não é pronunciada. A branquitude brasileira pode ser concebida, então, como uma função ou papel social, como um valor ou ideal na mídia e como um problema ou território a ser explorado, na teoria (Sovik, 2002, p.8).

Dessa forma, as novelas, comerciais, filmes, jornais, entre outros produtos divulgam a branquitude de modo intenso. Como consequência, a relação de exclusão se estabelece, pois, a massa desenvolve uma visão de inferioridade referente aos que não são brancos. Formas de intolerância e preconceito racial surgem e afetam a autoestima de milhões de negros brasileiros.

No artigo “*Racismo no horário nobre*” (2004), o jornalista Paulo J. Rafael defende que a responsabilidade pelo preconceito não recai exclusivamente sobre a mídia, mas também sobre as relações e instituições sociais estabelecidas ao longo da história. No entanto, uma análise mais aprofundada revela que a mídia, enquanto uma entidade de significativa influência, pratica um racismo velado, ou seja, apresenta situações aparentemente neutras, mas que, em essência, carregam intenções marcadas por discriminação racial.

O ativista norte-americano Jesse Jackson, citado por Paulo J. Rafael (2004), ilustrou essa questão de maneira clara em um discurso proferido durante uma conferência no Senado

¹ Segundo a jornalista Ana Karla Farias (2015) no artigo “A teoria da conspiração e a teoria do agendamento”, esclarece que os meios de comunicação elencam os temas importantes a serem pensados: “Para McCombs e Shaw, a Teoria do Agendamento pressupõe que as notícias são como são porque os veículos de comunicação “determinariam o que pensamos” e como pensarmos os fatos noticiados”.

Federal, em Brasília, no ano de 1996, ao abordar a representação dos negros na mídia tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil.

Os negros no Brasil e nos Estados Unidos são projetados todos os dias pela mídia de seis modos mortais. Somos projetados como menos inteligentes do que somos, menos trabalhadores do que somos, menos patriotas do que somos, menos universais do que somos, menos dignos do que somos e mais violentos do que somos (Rafael, 2004).

Representa-se o negro assim como era visto na época colonial: o empregado, o passivo, o marginalizado ou o delinquente. Não havia possibilidade de crescimento intelectual e social para ele. Essa questão é tão degradante que, na mídia, quando as pessoas negras conseguem mudar de classe, os outros indivíduos agem com desconfiança. Exemplificando essa situação, Adriane Roso e mais outros autores, no artigo “Cultura e ideologia: a mídia revelando estereótipos raciais de gênero” (2002) cita que na mídia quando o negro é apresentado bem vestido ou com um carro de alto valor, há comentários ou piadas que ele seja motorista ou ladrão. Isso faz pensar que o indivíduo não possa conseguir esses bens materiais com seu próprio esforço ou possa ascender para conseguir uma função melhor e mais bem remunerada.

A negação do negro se encontra tão assídua e introjetada no sistema midiático que Sodré (1999) discerne quatro aspectos:

1) através da negação da existência do racismo, exceto em casos explícitos de preconceito, ou conflitos raciais; 2) apagamento de aspectos e exemplos positivos da cultura negra, ignorando ou “embranquecendo” as contribuições desta etnia ao país; 3) estigmatização da cor escura da pele, atribuindo a esta identidades ou características que não estão de acordo com a realidade da maioria; e 4) criação de um estado de indiferença entre os profissionais da mídia permitindo que exista uma supressão da realidade étnica em prol de interesses econômicos comerciais (Sodré, 1999).

No caso da indiferença entre os profissionais de mídia, como esse sistema é regulado não por causas políticas e raciais, mas sim pautado em interesses mercadológicos, há pouca presença de profissionais negros nos programas. O autor cita como exemplo a situação de um indivíduo negro ao conseguir empregar-se numa redação de jornal ou estações de televisão tem como primeiras tarefas ditas de “cozinha”, longes da visibilidade pública, mesmo que venha ocupar depois uma posição.

Antes de examinar como o negro é retratado pelo jornalismo, é fundamental realizar uma análise histórica desse meio de comunicação, buscando identificar os eventos e ideias que influenciaram a forma como a imprensa constrói sua visão sobre a população negra nos dias de hoje. De acordo com os autores Richard Romancini e Cláudia Lago, citados por Machado

(2012), o jornalismo e a imprensa tiveram origem 14 anos antes da independência do Brasil. Os primeiros veículos de imprensa foram *A Gazeta do Rio de Janeiro*, de caráter oficialista, e o *Correio Braziliense*, de perfil oposicionista e combativo.

No início, os jornais eram submetidos à censura governamental para impedir críticas à religião, à elite e aos padrões morais da época. Contudo, após a Revolução Constitucionalista de Portugal, em 1820, “os jornais, com sua abordagem opinativa, começaram a promover debates sobre as novas propostas de colonização do Brasil, despertando sentimentos de autonomia e nacionalismo entre a população” (Romancini e Lago; Machado, 2012). Paralelamente, a representação do negro na mídia estava associada a estereótipos como violência, subordinação, barbarismo e exotismo, sustentados pelas teorias raciais europeias da época (Schwarcz; Miranda, 2009, p. 42).

Com a Abolição da Escravatura em 1888 e a Proclamação da República em 1889, o Estado não implementou políticas de inclusão para os ex-escravizados. As elites oligárquicas perpetuaram a exclusão do negro, tanto no âmbito social quanto no espaço midiático. Nesse contexto de invisibilidade, surge a imprensa negra em 1915, com publicações como *O Menelick*, *O Clarim da Alvorada*, *O Getulino* e *A Princesa do Norte*:

Até o advento da Nova República, esta imprensa caracteriza-se pela tentativa de fazer o negro integrar-se na sociedade global: os textos, de feição rebuscado e literário, noticiam aniversários, casamentos, eventos sociais; veiculam protestos contra o preconceito racial; incitam à educação como recurso de ascensão social; condenam o alcoolismo e as práticas boêmias. Predomina a moral puritana, valorizada como meio de obtenção de respeitabilidade e equiparação aos padrões brancos (Sodré, 1999, p.219).

Os jornais da imprensa negra divulgavam a inclusão dos afrodescendentes, principalmente pela educação. Contudo, mesmo com a falta de liberdade de expressão na época Vargas (1930 a 1945) e na Ditadura Militar (1964 a 1985), os jornais negros não deixaram de alertar sobre as questões de raça e os problemas de socialização. Já a partir de 1980, com o discurso vigente no país sobre a democracia racial, a qual afirmava que negros, brancos e mulatos viviam sob condições de igualdade jurídica, Muniz Sodré (1999) aponta que haviam pequenos jornais negros motivados pelas aspirações do “Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial (MNU)”. Esse movimento tinha a pretensão de desconstruir o mito da democracia racial brasileira e combater o racismo.

Paralelamente, observa-se que a grande mídia brasileira, controlada por oligarquias pertencentes às elites, tem como principal objetivo atender interesses mercadológicos, ao invés de promover a inclusão e igualdade de todas as minorias. Essa classe dominante direciona o

discurso midiático, exercendo influência direta sobre os veículos de comunicação e perpetuando desigualdades sociais baseadas na cor da pele. Para ilustrar esse cenário, o especialista em Ciências Humanas, Francisco Ladeira (2014), argumenta que pessoas negras são frequentemente retratadas de forma humilhante em programas policiais e enfrentam barreiras significativas nas principais reivindicações apresentadas à imprensa conservadora.

Por outro lado, nas últimas décadas, os debates promovidos pelos movimentos negros sobre a democracia racial e a mobilidade social têm impulsionado os jornais a expor casos de racismo. Contudo, conforme destaca Ricardo Ferreira no artigo *“Negro midiático: construção e desconstrução do afro-brasileiro na mídia impressa”* (2006), um dos maiores desafios na divulgação dessas informações é a resistência em utilizar o termo "negro" e a adesão ao politicamente correto em textos, gráficos ou editoriais. Palavras como “crioulo”, “negão” e “preto”, entre outras expressões pejorativas, devem ser substituídas para evitar perpetuar estigmas e preconceitos.

(...) se necessário, use a forma negro (e nunca preto, colored, pessoa de cor, crioulo, pardo etc.). Mulato e mulata são aceitáveis quando se justificar a especificação, na notícia, da cor da pele da pessoa. No noticiário policial, só faça referência a negro quando se tratar de pessoa procurada: A polícia procura dois homens negros e um branco, acusados de... Nos demais casos, raramente há necessidade de falar em brancos, negros ou mulatos. No noticiário geral, a palavra só tem sentido se a própria pessoa se referir a ela ou se houver uma denúncia de discriminação racial. Por isso, não descreva um jogador, artista ou personalidade como, por exemplo: João da Silva, 32 anos, negro (a menos que o personagem proclame a sua negritude). A única exceção seria para casos muito incomuns (o primeiro presidente negro de um país, o primeiro cardeal negro, etc.). “O Estado não compactua com casos de racismo e os denuncia sempre” (Martins Filho, 1999, p. 119). Dessa forma, é possível observar que os princípios do politicamente correto ou um certo cuidado ao abordar grupos minorizados têm se constituído em certa preocupação dos veículos (Ferreira, 2006, p.84).

Outra situação do negro no jornalismo, a qual precisa ser observada, é sua escassa representação no telejornalismo. A entrada desses profissionais no meio televisivo se deu na década de 70, mas é possível verificar que não passam da quantidade de 10 apresentadores de telejornais no país, de acordo com os dados fornecidos pelo Observatório da Imprensa (2007). Usaremos alguns exemplos desses profissionais, que mais se destacam, para analisarmos as suas apresentações juntamente com a representação do atributo fenotípico, o cabelo crespo/cacheado, objeto de estudo dessa pesquisa.

O primeiro exemplo é a jornalista Glória Maria, que estreou como repórter em 1971, no Jornal Nacional. Neste programa, foi a primeira repórter a aparecer ao vivo. Ela passou pelo

"Jornal Hoje", "Bom dia Rio" e "RJTV". Também ficou por dez anos no programa dominical "Fantástico", de onde saiu em 2008. Todos esses programas são da Rede Globo de Televisão.

Imagem 01: Gloria Maria no final da década de 1970 com seu cabelo black power



Fonte: Globo/Gshow

Em uma entrevista à Revista TPM (2011) Glória Maria comentou: “Muita gente não se conformava, como se fosse uma agressão eu estar ali”. Sobre o cabelo, inicialmente, Glória Maria usava o black power, porém depois alisou as mechas. Mesmo assim ela afirmava que voltaria a usar o cabelo crespo.

Eu usava o black quando ninguém usava. Cabelo curto quando ninguém usava! Eu entrei para a televisão com o cabelo liso quando era moda do blackpower, a época das panteras negras, o movimento dos negros americanos com ativistas como a Angela Davis, então usava o cabelo como o dela... Depois mudei (Glória Maria em entrevista ao site O Fuxico, 2012).

Outra repórter amplamente reconhecida pelo público é Zileide Silva, que iniciou sua trajetória profissional em 1978. Ela participou da cobertura de eleições presidenciais e do atentado de 11 de setembro. Zileide adotou os cabelos crespos e, recentemente, alterou seu estilo para um corte mais curto, mantendo a textura natural.

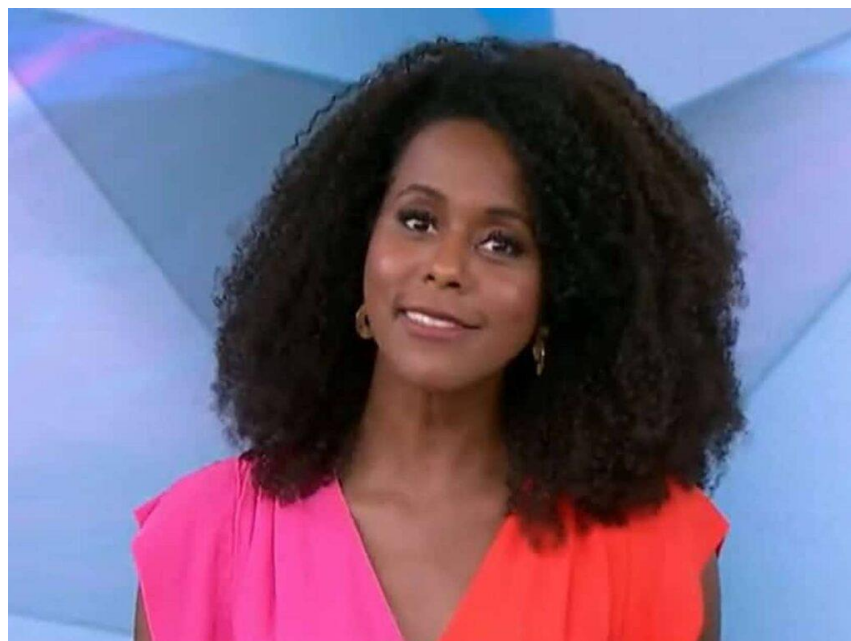
Imagem 02: Zileide Silva, apresentadora do Jornal hoje



Fonte: UOL

Outro exemplo marcante é a jornalista Maria Júlia Coutinho, conhecida como Maju, apresentadora da previsão do tempo no Jornal Nacional, também da Rede Globo. Maju exibe seus cabelos crespos com orgulho, mas, em julho de 2015, foi alvo de comentários preconceituosos e ofensivos na página oficial do Facebook do Jornal Nacional. Após o ocorrido, jornalistas, celebridades e internautas abraçaram a campanha online #SomosTodosMaju.

Imagem 03: Maria Julia Coutinho, jornalista e apresentadora do Fantástico



Fonte: Mundo Negro

A jornalista expressou, durante o telejornal, sua gratidão pelo apoio recebido, ressaltou que já estava habituada a enfrentar situações de discriminação e destacou que vem de uma família engajada na luta pelos direitos da população negra. Maju, ciente de sua força e conhecimento, afirmou: “Os preconceituosos ladram, mas a caravana passa”. Ao final, William Bonner, editor-chefe e apresentador do jornal, reforçou que os colegas da emissora repudiaram firmemente o episódio.

Por meio desses exemplos, observa-se um esforço em aprimorar a representatividade do afro-brasileiro no jornalismo. No entanto, é necessário refletir sobre a possibilidade de o profissional negro ser tratado como um produto, conforme analisa Gabriel Leão em seu artigo “Apenas um produto negro no telejornalismo” (2011):

Há nesse panorama aqueles que venceram barreiras e conquistaram seu espaço pela qualidade e também esforços de alguns membros nas alas superiores que apresentam uma postura progressista ansiando por igualdade. Este processo é, inclusive, mais saudável ao capitalismo, tanto que minorias cada vez mais têm nichos próprios e interagem com outros no mercado. Essa visão pela aparência do negro e outras minorias para determinar quem apresenta as notícias é tão danosa quanto aquela que coloca em dúvida a qualidade de um jornalista em decorrência de suas origens e trata tanto negros, brancos, asiáticos e outros grupos como meros joguetes no tabuleiro (Leão, 2011).

Em conclusão, de maneira lenta e gradual, percebemos que os negros começaram a ganhar espaço no jornalismo a partir das pautas que denunciam casos racistas, o cuidado com os termos referentes a eles nos textos e a suas inserções no telejornalismo. Ainda é necessária uma participação maior desse grupo nos programas televisivos e que os assuntos pautados por esse grupo sejam discutidos de maneira ampla e igualitária. A democracia racial no jornalismo está sendo construída, mas é preciso voltar para as questões étnicas e raciais, não somente para as questões mercadológicas.

Para compreender os papéis desempenhados pelos afro-brasileiros na mídia contemporânea, é essencial realizar, inicialmente, uma análise histórica sobre a evolução da publicidade no Brasil. Essa abordagem permite identificar as consequências e paradigmas que, ao longo do tempo, permaneceram inalterados ou sofreram transformações no que diz respeito à representação da população negra.

A publicidade e a propaganda no país tiveram suas origens na oralidade, por meio das práticas de vendedores, mascates e ambulantes, que promoviam seus produtos utilizando cartazes e panfletos. Essa atividade também se manifestava nos jornais impressos, que

dedicavam espaços para anúncios relacionados à compra, venda, troca e captura de escravizados.

De acordo com Schwarcz, citado por Miranda (2009), a linguagem empregada nos anúncios era menos formal do que a utilizada em textos jornalísticos, refletindo as expressões orais e os costumes característicos da época colonial. Além disso, esses anúncios revelavam uma visão que reduzia os escravizados à condição de objetos e propriedades, reforçando o tratamento desumanizante dispensado por seus senhores.

Fugiu Americo, crioulo de 38 a 39 anos, alto e bem feito de corpo, bons dentes, costuma fazer a barba, usa bigode, conversa bem, traja bem é bom carpinteiro e pedreiro, leva consigo algum dinheiro que é seu, é bonito é escravo de estimação (Província de São Paulo, 1877 apud Miranda, 2009, p.48).

ATENÇÃO – Vende-se para o mato uma preta [...] de idade quarenta e tantos anos, muito sadia e bastante robusta, sabe bem lavar e cozinhar o diário de uma casa, vende-se em conta com por haver precisão, no beco do largo, n.2, na mesma casa em que se vende tartaruga verdadeira (Freyre, 2009, p.49).

Ainda no século XX, o negro continuou sendo representado de modo semelhante à época colonial, isto é, o escravo fiel, o bestial (violento, bruto, malandro), caricatural (com a alusão à estética, macaco, tição), a mulher lasciva, sexualizada ou ainda a características positivas como talento para música e futebol, astúcia e ingenuidade (Brookshaw, 1983, p.47). Durante a época Vargas, com o advento dos meios de comunicação voltados para propagar estratégias políticas, as elites procuraram excluir a questão racial e robustecer o embranquecimento valorizando a mestiçagem. Joel Zito Araújo certifica:

Na história das nossas mídias audiovisuais, o desejo de branqueamento da nação, ideário que já estava consolidado desde o século XIX, acabou por se tornar um peso imagético, uma meta racial que nunca provocou rebeldias. Ao contrário, tornou-se convenção e naturalizou-se como estética audiovisual de todas as mídias, incluindo-se especialmente a TV, o cinema e a publicidade. (Araújo; Miranda, 2009, p. 73).

Com o desejo de promover o branqueamento, os meios de comunicação, que desempenham um papel central e influente na cultura brasileira, contribuíram para a exclusão dos afro-brasileiros. Segundo Adriana Roso e outros autores (2002), esse processo de exclusão pode ser sutil, mas extremamente eficaz, pois busca transformar o "diferente" (a minoria) em "igual" (a maioria). "Quanto mais pessoas se comportam de maneira massificada, mais se pode vender em uma sociedade de consumo." No contexto brasileiro, isso significava vender o estereótipo branco por meio da publicidade a todos os grupos raciais.

No decorrer desse processo de branqueamento, as campanhas publicitárias reforçavam a autoimagem, a autoestima e o ego ideal, sustentados pela ideologia do mercado perfeito e do equilíbrio natural (Sodré, 1999, p. 252). Como resultado, apoiavam o ego ideal associado ao indivíduo branco e promoviam a auto discriminação entre a população negra, devido à internalização de modelos negativos sobre si mesmos. Por exemplo, os espaços publicitários eram dominados pela exibição de brancos considerados bonitos, o que também implicava a inferiorização da beleza negra e a negação de suas características fenotípicas, como o cabelo crespo e a pele escura.

Entretanto, a partir da década de 90, ocorreu uma maior inclusão de negros na mídia publicitária, impulsionada pelos debates sobre a questão racial, pela ascensão social da população negra e pelo crescimento do mercado com públicos segmentados. Naquela época, os esforços de marketing perceberam o sentimento de exclusão dos consumidores de pele escura em relação aos produtos de consumo, e cerca de 71% dos entrevistados em pesquisas mercadológicas afirmaram estar dispostos a comprar determinados produtos se houvesse negros nas propagandas.

Um exemplo notável dessa inclusão dos afro-brasileiros na publicidade foi a revista *Raça-Brasil*, lançada em 1995. A revista dedicava matérias editoriais e anúncios exclusivamente ao público de pele escura, valorizando suas características fenotípicas e sociais, e também promovia a ideia de felicidade por meio do consumo. O sucesso de vendas e publicidade gerou o agenciamento de modelos negros, sendo o cabelo, um elemento identitário importante, quase obsessivamente explorado nas campanhas e reportagens (Sodré, 1999, p. 253). No entanto, o discurso sobre o cabelo tende a ser mais estético do que político.

Um anúncio publicitário afirma que “os cabelos, como os olhos, são o espelho da alma” e faz uma bela mulher de pele escura proclamar: “Com American Hair, eu me transformei na mulher que sempre idealizei, completamente feliz, bonita e radiante”. O anúncio é típico da revista *Raça-Brasil*, uma das várias publicações que se dispõem a reconstruir, na virada do milênio, num país em que mais da metade da população é escura, a identidade do sujeito negro com valores afins aos da sociedade clara hegemônica, isto é, com uma ética baseada em valores estéticos como racialmente positivo (Sodré, 1999, p.253).

Com a emergência desse novo grupo de consumidores, a percepção de empresários e publicitários passou por uma transformação, voltando-se para a inclusão dos negros. Assim, começaram a direcionar investimentos para produtos étnicos e modelos dessa etnia. O publicitário Nizan Guanais, fundador e presidente da Agência África, declara que, atualmente, “preto é chique”, pois quem deseja estar na moda se veste de preto. “Os modelos negros cada

vez mais fazem sucesso, e a essência negra se reflete em todas as culturas, pois onde há negros, há mais alegria e musicalidade. E isso se reflete na propaganda" (Santana, 2014).

Nas campanhas publicitárias, é comum que, em algumas peças, os modelos apareçam com cabelo crespo, enquanto em outras, com cabelos alisados, dependendo da proposta da propaganda. Isso pode tanto enfatizar a valorização do cabelo natural quanto reforçar aspectos do processo de branqueamento. Como resultado dessa normalização de características associadas aos brancos, crianças e adolescentes são frequentemente ensinados a rejeitar seus cabelos, considerando-os difíceis de cuidar e indesejáveis por serem mais volumosos e crespos.

Mesmo em propagandas de produtos especificamente para a mulher negra, encontramos problematizações como shampoos para cabelos afrodescendentes (cacheados, crespos, ondulados). Os cabelos são taxados de rebeldes, volumosos, quebradiços, “cabelos ruins”, nunca valorizando a característica natural do cabelo, mas sim tentando transformá-lo em outra coisa, oferecendo para eles soluções para redução de volume e definição (Moraes, Paula e Moreira, 2015, p.5)

Atualmente, esse cenário começou a mudar devido à valorização do cabelo afrodescendente e à procura de cosméticos específicos. Marcas como Dove, TRESemmé, Seda entre outras incluíram personagens negras com cabelos crespos em suas mídias publicitárias. Um exemplo é a campanha “Dove Hair: Love Your Curls” com o título “Ame seus cachos” que teve bastante repercussão na mídia e na Internet:

Em “Dove Hair: Love Your Curls”, meninas de cabelos cacheados são entrevistadas. Nenhuma está feliz com seus cachos. Todas sonham com cabelos lisos. O novo vídeo já começa com um dado de uma pesquisa: apenas 4 entre 10 garotas de cabelos cacheados gostam deles assim. Depois, vem a mensagem: “O melhor jeito de mudar como elas se sentem sobre os cachos é mostrar como você se sente sobre os seus” (Exame.com, 21/05/2015).

A publicidade brasileira, propagadora do branqueamento racial, mudou de perspectiva principalmente nos anos mais recentes. Com a participação do modelo negro com cabelo cacheado/crespo, é possível transmitir autoestima para a minoria antes não representada. É importante salientar o questionamento se essa nova projeção é um jogo de interesses mercadológicos e estéticos, ou se é realmente uma mudança na visão identitária racial e no reconhecimento das origens africanas.

2.2 A "Domesticação" do Cabelo Crespo nas Novelas e Programas de Televisão

Com o aumento do número de pessoas abandonando os alisamentos, relaxamentos e permanentes para permitir que suas raízes crespas e cacheadas se expressem livremente, a indústria da beleza tem lançado, a cada dia, mais produtos voltados para cabelos não-lisos. Como destaca Coutinho (2010), o negro se tornou a "bola da vez". No entanto, ainda são comuns episódios de racismo em que o cabelo crespo ocupa um papel central. Diversos relatos foram feitos sobre pessoas que foram constrangidas ou até impedidas de frequentar certos lugares, como instituições educacionais, devido à aparência de seus cabelos.

Isso demonstra que, embora exista uma campanha que promove a liberdade e aceitação dos cabelos de diferentes grupos, especialmente no contexto midiático, ainda há uma grande resistência de parte da população brasileira em confrontar o racismo fenotípico, que está profundamente enraizado na imagem do negro e da negra. Tal realidade reflete a hegemonia branca no Brasil. Nesse sentido, é pertinente o que Gomes (2019) expõe ao afirmar que o racismo, a discriminação e o preconceito racial direcionados aos negros no Brasil resultam da fusão de expressões culturais afro-brasileiras com sinais diacríticos, como a cor da pele e a textura do cabelo.

Dessa forma, o cabelo, muito mais do que uma simples expressão estética, revela as múltiplas facetas do racismo. Considerando que o cabelo possui um elevado valor simbólico nas sociedades africanas, expresso na diversidade de estilos e penteados, ele foi prontamente alterado quando os europeus estabeleceram o mercado escravocrata. Nesse contexto, os cabelos dos escravizados eram raspados como uma forma de apagar os vínculos identitários e culturais dos africanos.

Portanto, até mesmo durante a escravidão, o cabelo dos negros foi objeto de manipulação e negação, o que nos leva a refletir sobre a realidade atual, em que o racismo é formalmente criminalizado. Na prática, no entanto, o racismo persiste de forma intensa, pois a aparência continua sendo um critério para classificar as pessoas, além de determinar os espaços a serem ocupados por brancos e negros. Desse modo, o cabelo, enquanto um ícone significativo da identidade negra, pode se tornar uma ferramenta de mobilidade social e até mesmo um meio de mitigar o sofrimento causado pelo racismo e pela discriminação. Assim, é possível observar a complexidade das relações sociais e raciais na sociedade brasileira.

No imaginário do brasileiro, é possível que uma mulher negra de cabelo liso ou cacheado, quer seja natural, quer seja artificial, deixe de ser classificada como 'negra'. Já vimos que a textura "menos crespa" do cabelo é vista na cultura como fruto da mistura racial, ou seja, ela atesta a presença do branco na conformação do corpo negro. É a garantia de que estamos diante de alguém que já "subiu" alguns degraus na escalada rumo ao branqueamento. Já vimos,

também, que esse tipo de associação remete-nos à crença na “pureza racial”, tão abominada no discurso proclamado pelo brasileiro, mas tão presente na sua prática. E a existência desse ideal de pureza em uma sociedade que se diz uma democracia racial revela que, na realidade, vivemos ainda em uma estrutura racista (Gomes, 2019, p. 278).

Dessa maneira, o cabelo crespo é ainda considerado por muitos como ruim, feio e inadequado. Todos esses tipos de depreciação influenciam na construção da identidade, que por vezes passa a ser rejeita.

Como reverbera Giralda Seyferth: “Mudam os critérios e o discurso, mas a ideologia da desigualdade se mantém imutável” (Seyferth, 1975, p. 78). Deste modo, as características fenotípicas (a cor da pele e dos olhos, a cor e a textura do cabelo, formato da boca e do nariz) e entre outras marcas distintivas continuam sendo usadas para classificar pessoas com o intuito de subjugação e exploração daqueles/as que não se inserem no conjunto de características físicas pertencente ao grupo racial branco.

Como os fenótipos da população negra são frequentemente depreciados, e por vezes relacionados à inferioridade intelectual e moral, a alternativa mais comum é a busca pelo embranquecimento² através do alisamento dos cabelos ou de outros procedimentos que atenuem os sinais diacríticos do corpo negro. Neste sentido, estabelecemos uma relação com os dados que trouxemos em que a classe média tem uma preocupação maior com a aparência, supondo que isso esteja associado à origem racial dessas pessoas que não foi sinalizada na referida pesquisa, mas através de outros estudos percebemos que uma parte da nova classe média brasileira é composta por negros.

De acordo com a pesquisa realizada pelo SPC e CNDL, a classe C foi a que mais investiu em intervenções estéticas e observa que a boa aparência é essencial para o sucesso na vida, lembrando que o tratamento dos cabelos faz parte dos serviços mais procurados. Primeiramente, a expressão boa aparência é um tanto problemática quando usada como critério na seleção de candidatos a vagas de emprego, já que essa é uma expressão usada desde o período colonial escravista. Oliveira e Pimenta (2016) observam que:

A boa aparência não estava desassociada do pensamento da época sobre o que representava o europeu e o que representava o não europeu. A boa aparência estava relacionada a cheiro, a cabelo, a asseio do homem branco. Os que não

² Segundo Guimarães (2011) o embranquecimento foi uma verdadeira política racial no Brasil, uma vez que os cientistas compreendiam a miscigenação como um caminho para a homogeneização da população que era formada majoritariamente por negros, nesse sentido, foram implementadas diversas leis que incentivavam a vinda de imigrantes europeus para o embranquecimento do Brasil. Essa situação refletia o pensamento racista que apontava para o grupo racial branco como portador das melhores características fenotípicas e morais para formar a nova sociedade.

tinham essa boa aparência deveriam se adaptar ou ficavam excluídos (Oliveira; Pimenta, 2016).

Deste modo, evidenciamos que o termo boa aparência tem sua origem na colonização com o comércio de escravos e mais intensificada com a instauração da república, cuja organização e estrutura social e econômica findavam com o trabalho escravo. Por conseguinte, os jornais e a imprensa da época disseminavam o critério da boa aparência como uma condição para a contratação de empregados. Nesta perspectiva, boa aparência significava ter os fenótipos da raça³ branca, tal como, a cor e o cabelo.

Gomes (2019) nos exemplifica que o cabelo e a cor da pele eram critérios usados para designar a função dos escravizados. Gilberto Freyre (2010) inscreve que nos anúncios de jornal havia uma valorização de negros que em sua aparência tivessem as características da população culturalmente dominante, assim os serviços domésticos como o de pajens e mucamas eram destinados aos escravos de pele mais clara, cabelo liso, cacheado, ruço, ruivo ou louro. Condição que transparecia “[...] o sangue das casas-grandes escorrendo pelas senzalas” (Freyre, 2010, p. 69).

A influência do cabelo na distinção feita sobre os escravos é também reportada por Gomes (2019), ao apontar que:

[...] o cabelo era o elemento revelador do pertencimento negro e africano, mais do que a cor da pele. Por isso alguns escravos do sexo masculino raspavam suas cabeças para tentar se livrar dessa evidência genética, na tentativa de fugir e conseguir sua liberdade. Eles conseguiam ter alguma educação, recebiam melhor comida e, algumas vezes, a promessa de liberdade após a morte de seus senhores. Os outros escravos, que possuíam o cabelo crespo e a pele escura, eram destinados ao trabalho no eito e aos serviços braçais mais pesados (Gomes, 2019, p. 276).

Na percepção de Amanda Braga (2015):

[...] Essa seleção criaria não apenas a preferência por um tipo de cabelo que já não era mais crespo, mas cacheado, herança da miscigenação, como também a prática – o desejo – de alisar os cabelos, além de uma certa hierarquização entre os escravos. Nascia, aqui, um olhar sobre sua estética que partia não só de sua origem, de sua identidade, como antes, mas partia do olhar do outro. Entre os dois modelos, estava a busca por um status social (Braga, 2015, p. 83).

Os excertos vêm a corroborar com a ideia que defendemos, ou seja, o valor do cabelo nas relações sociais e raciais. O mestiço era símbolo de um melhoramento do negro, e os sinais

³ O conceito de raça que utilizamos se dá a partir de uma perspectiva sociológica, e não biológica.

diacríticos que insistiam em aparecer eram alvo de intervenções estéticas, visto que, a aparência estava relacionada a status social.

Nesse contexto, o racismo se camufla por meio do discurso sobre a boa aparência, mas a história nos alerta para a verdade, pois, ao longo dos séculos, os traços físicos foram usados para justificar a suposta superioridade de uma raça em relação a outra, considerada inferior e degenerada. Portanto, não é surpreendente que os fenótipos continuem a ser empregados pelos detentores do poder como um critério de seleção e discriminação.

Além disso, a desconstrução de ideias preconcebidas não ocorre de forma imediata, especialmente quando tais ideologias foram apresentadas como científicas e amplamente difundidas tanto entre intelectuais quanto entre o público em geral até o início do século passado. Assim, com o objetivo de aniquilar a identidade negra, a eugenia foi estabelecida como uma norma no Brasil, e a feiura foi atribuída aos afrodescendentes.

Ao relacionarmos os paradigmas que influenciaram as práticas sociais e institucionais desde o século XVI até meados do século XX, como um possível legado das atuais manifestações de desprezo contra os sinais da negritude e suas expressões culturais, que remetem à ancestralidade africana, voltamos nossa atenção para a manipulação dos cabelos crespos como um elemento fundamental na construção da identidade negra.

Nesse contexto, tomamos como ponto de partida a construção da noção de boa aparência dentro de um quadro histórico que remonta a pressupostos raciais e discriminatórios. Embora toda a estética corporal do negro e da negra tenha sido alvo de desvalorização, escolhemos focar a discussão no cabelo, pois ele foi tratado como um marcador racial, tanto para a afirmação da identidade étnico-racial quanto para sua negação.

Mesmo com a proibição da utilização da expressão "boa aparência" e a criminalização do racismo no Brasil, no campo mercadológico e institucional, a exigência de boa aparência ainda persiste, seja de forma explícita ou disfarçada, como em situações em que o cabelo crespo é considerado inadequado para certos espaços, principalmente em ambientes de trabalho, salas de aula e até cinemas.

Gomes (2019, p. 20), ao abordar o peso da estética, alerta que "chega-se ao extremo da demissão ou da não escolha de um bom currículo devido ao fato de o candidato negro deixar sua estética negra se expressar livremente, manifestando-se em sua aparência." O ataque à identidade negra, por meio de insinuações, olhares e insultos que utilizam sinais diacríticos para rebaixar a autoestima da população negra, ocorre em função da autopromoção do branco como símbolo de beleza e pureza. Infelizmente, as atitudes discriminatórias que prejudicam a construção e valorização da identidade negra são transmitidas por gerações, por meio da

educação recebida em casa, na televisão, nas escolas, na música, na literatura e em outros setores da sociedade.

Quanto aos processos relacionados à formação da identidade negra, Gomes (2011) nos orienta a compreender que:

A identidade negra é entendida como um processo construído historicamente em uma sociedade que padece de um racismo ambíguo e do mito da democracia racial. Como qualquer processo identitário, ela se constrói no contato com o outro, no contraste com o outro, na negociação, na troca, no conflito e no diálogo (Gomes, 2011, p. 146).

Deste modo, a luta antirracista é um caminho para a desconstrução dos estereótipos relativos à estética do negro, o processo de descolonização do Ser negro é um ato educativo, que se faz em diferentes espaços sociais. A pesquisa de Nilma L. Gomes (2019) nos permite observar que a afirmação de identidades negras também se faz em salões de cabeleireiros em que homens e mulheres aprendem a amar e a cuidar de seus cabelos, cuja mudança reflete na ressignificação de seus traços físicos, contrapondo o discurso racista de que o negro é isento de beleza.

Com o objetivo de defender os que sofrem preconceito ou discriminação racial e étnica, o Estatuto da Igualdade Racial (2010) foi sancionado pelo presidente Lula. Proposto pelo deputado Paulo Paim (PT/RS), “o estatuto delimitava políticas públicas de educação, saúde, cultura, esporte, lazer, e trabalho para a população negra” (Santana, 2010). Além disso, no projeto original havia as propostas de defesa dos direitos das comunidades quilombolas, proteção de religiões de origem africana e cotas para a participação de negros em produções televisivas, cinematográficas e publicitárias.

O capítulo sobre a inclusão de negros na mídia disponibilizava o seguinte artigo:

Art. 47. Na produção de filmes e programas destinados à veiculação pelas emissoras de televisão e em salas cinematográficas, deverá ser adotada a prática de conferir oportunidades de emprego para atores, figurantes e técnicos negros, sendo vedada toda e qualquer discriminação de natureza política, ideológica, racial e artística (Estatuto Da Igualdade Racial, 2003, p. 23).

No projeto, também foi proposto que filmes e programas televisivos deveriam apresentar imagens de pessoas afro-brasileiras em proporção de vinte por cento do número total de atores e figurantes. Dessa proporção, metade seria composta por mulheres negras (Santana, 2010).

Desde 2003, o projeto começou a ser discutido no Congresso Nacional. Em 2006, o texto do estatuto teve modificações em virtude de resistências de outros deputados na Câmara,

e ao final, foi aprovado com a exclusão de pautas consideradas polêmicas, como a regularização de terras quilombolas. No caso específico da mídia, aprovou-se o incentivo para a participação de atores, figurantes e técnicos negros em filmes e programas de TV, porém sem um percentual de participação definido para esse grupo, ao contrário do que foi proposto no projeto. Mesmo com essas alterações, Juliana Santana (2010) afirma que muitos consideraram a aprovação benéfica, porque mostra que o país reconhece a presença do preconceito e da desigualdade racial.

As imagens transmitidas pela televisão alimentam um imaginário coletivo sobre as representações de indivíduos e grupos. Essas imagens, muitas vezes, são internalizadas de forma ingênua pelo público, sendo vistas como comportamentos e práticas naturais, influenciando suas interações. Um exemplo marcante de produto midiático que reforça essas cenas e tem grande alcance entre os brasileiros é a teledramaturgia, presente na televisão desde a década de 1950.

De acordo com a Pesquisa Brasileira de Mídia realizada em 2014 pelo IBOPE Inteligência, os programas mais assistidos e que aparecem como as primeiras opções de preferência do público são os transmitidos em horário nobre pela TV Globo, como telejornais e telenovelas. No caso das telenovelas, a programação dessa emissora inclui produções que atingiram até 98 pontos de audiência, como *Roque Santeiro* (1985).

Conforme o autor Arlindo Machado (2000), na obra *A televisão levada a sério*, o gênero da telenovela narra, por meio de capítulos, a história de personagens, sempre com um toque de mistério, romance ou conflito, com o intuito de atrair a atenção do espectador. A novela transmite realidades, sejam antigas ou recentes, de um povo, envolvendo casos de afeto e rivalidade, comportamentos, modismos, questões sociais que precisam ser enfrentadas ou um ideal de inclusão social.

Nas novelas, também é retratado o padrão ideal do imaginário coletivo, que no Brasil é dominado pela ideia do embranquecimento racial. Assim, não há uma representação fiel que aborde todos os grupos raciais, pois, embora a maioria da população brasileira seja negra, esse grupo é pouco representado nesse gênero televisivo. Para destacar e chamar a atenção para essa escassa representatividade, o cineasta e pesquisador Joel Zito Araújo, em seu artigo *O negro na dramaturgia, um caso exemplar da decadência do mito da democracia racial brasileira* (2008), realiza uma análise histórica sobre a representação do negro nas novelas. Nos anos 60, auge da telenovela, Araújo observa que as mulheres negras eram frequentemente retratadas como empregadas:

O melhor exemplo foi o grande sucesso da atriz Isaura Bruno, quando interpretou a mamãe Dolores, na mais popular telenovela do período, *O direito de nascer*. Entretanto, cresceu nessa mesma época um estereótipo diferenciado de Hollywood, da mulata sedutora, destruidora de lares. Mas as empregadas domésticas predominaram (Araújo, 2008, p. 980).

O homem negro era representado também como o empregado doméstico, o excluído, o vilão ou o delinquente. Pode-se perceber que, atores negros não eram escolhidos para personagens protagonistas, como no exemplo da novela “*A Cabana do Pai Tomás*”, escrita de Hedy Maia, transmitida pela Rede Globo em 1969. Os protagonistas dessa novela eram o escravo Tomás e sua esposa Tia Cloé, interpretada pela atriz Ruth de Souza que era negra. Contudo, o ator que interpretou o protagonista Pai Tomás, Sergio Cardoso era branco. Sua pele era pintada de preto, usava peruca e colocava rolhas no nariz e na boca, técnica conhecida como *blackface*, copiada do cinema americano.

Na década de 1970, Joel Zito Araújo explica que houve uma representação dos conflitos relacionados à ascensão social, possibilitada pela melhoria econômica. Os negros já não ocupavam exclusivamente posições subordinadas. “Como exemplo, temos o psiquiatra Dr. Percival, interpretado por Milton Gonçalves em *Pecado Capital*, ou Dona Elisa, uma professora e dona de um colégio, interpretada por Ruth de Souza em *Duas Vidas*” (Araújo, 2008, p. 980).

Por outro lado, na mesma época, a primeira personagem negra protagonista, Xica da Silva, a personagem usava adereços europeus como perucas, maquiagens e roupas para mudar sua posição social, tentando se igualar aos brancos. Observa-se aqui novamente a questão do embranquecimento.

Na década de 1980, Araújo (2008) argumenta que a ascensão do negro na dramaturgia continuou de forma progressiva, mas ainda com pouca representação e escassa discussão sobre o racismo, até os anos 90:

A partir dos anos 80, podemos afirmar que houve uma lenta, mas progressiva ascensão do negro na dramaturgia da teleficção. Mesmo assim, identificamos que em um terço das telenovelas produzidas pela Rede Globo até o final dos anos 90 não havia nenhum personagem afrodescendente. Apenas em outro terço o número de atores negros contratados conseguiu ultrapassar levemente a marca de 10% do total do elenco. O racismo brasileiro apareceu na telenovela somente como uma das características negativas do vilão, e não como um traço ainda presente na sociedade e na cultura brasileira. Até o final dos anos 90, poucas telenovelas trataram a discriminação racial contra o negro brasileiro de forma direta (Araújo, 2008, p. 981).

Um fato inédito aconteceu em 2004 na dramaturgia brasileira, pois na novela “*Da cor do pecado*”, a atriz Taís Araújo representou a protagonista Preta de Sousa. Algumas discussões vieram à tona referentes ao nome da novela, pois indicava a imagem negativa que a cor da pele

negra simbolizava, já que havia uma alusão feita ao pecado. Não obstante, Joel Zito Araújo argumenta que o protagonismo negro representou um aumento na autoestima para crianças e adolescentes afrodescendentes, os quais não se sentiam reconhecidos na teledramaturgia.

Analisando a partir do objeto de estudo, o cabelo crespo/cacheado, a personagem Preta da supracitada novela está em alguns episódios com o cabelo alisado e outros encaracolado. Contudo, no mesmo ano, Elen, personagem encenada pela mesma atriz na trama “Cobras e Lagartos”, também da Rede Globo, tinha o cabelo alisado e desejava alcançar as altas posições ocupadas por brancos.

Em alguns casos específicos e mais atuais, iniciou-se a valorização das características fenotípicas, demonstradas por meio do cabelo cacheado/crespo, como na novela “Viver a Vida” (2010) de Manoel Carlos, com uma das protagonistas, Helena, interpretada por Taís Araújo. “Nasceu em Búzios, mudou-se para o Rio de Janeiro ainda adolescente e tornou-se uma modelo famosa e bem sucedida. (...) Era uma mulher bonita, jovem e independente e valorizava seus traços negros” (Santana, 2010).

Segundo a autora Juliana Santana (2010), o afastamento da personagem de um núcleo negro e a sua condição social que não correspondia com a realidade brasileira dos negros tiveram bastantes críticas por membros do movimento negro. Mesmo assim, em outras novelas aumentou as encenações de homens e mulheres com cabelos cacheados e crespos. Um exemplo mais recente foi na novela Babilônia (2015), com a personagem Paula (Sheron Menezes) que numa cena no salão de beleza, nega o alisamento em seus cabelos crespos.

Compreende-se que, ao longo dos anos, a imagem do negro foi bastante banalizada nas teledramaturgias. Negava-se sua aparência, raízes culturais, possibilidade de discussão racial e o direito de voz do negro. Os papéis que os atores negros representavam pertenciam à marginalidade social. Após a ascensão social desse grupo e após as discussões do movimento negro, a inserção do ator e atriz negros nas novelas tornou-se mais sólida. Mesmo assim, não há a expressão forte negra nos enredos, porque o padrão de embranquecimento ainda persiste no imaginário coletivo.

3 RACISMO E CABELOS CRESPOS NAS ESCOLAS

3.1 O Racismo Estrutural nas Escolas e a Política do Bom Cabelo

O desenvolvimento da identidade tem início na infância, mas é especialmente ao ingressar no ambiente escolar que a criança começa a reconhecer as diferenças e a expressar o que aprendeu. A escola, como instituição, desempenhou historicamente um papel crucial na propagação dos ideais racistas que permeiam a sociedade. Segundo Nilma Lino Gomes (2005), a escola não é um espaço neutro; é atravessada por valores, práticas e discursos que frequentemente reproduzem desigualdades raciais. Essa realidade reflete um histórico de exclusão e marginalização de pessoas negras no Brasil, sustentado por um sistema educacional que, por muito tempo, negligenciou a diversidade cultural e a história afro-brasileira.

Este capítulo abordará como a escola lida com as questões étnico-raciais no dia a dia e examinará as relações estabelecidas no processo de construção identitária de meninas negras. A construção da identidade dessas meninas é marcada por desafios impostos por um ambiente educacional que frequentemente invisibiliza suas experiências e reforça estereótipos negativos. Bell Hooks (1994) destaca que a educação pode ser um ato de libertação, mas, para isso, é necessário que a escola se comprometa com práticas pedagógicas antirracistas, promovendo a reflexão crítica sobre as dinâmicas de poder que sustentam o racismo estrutural.

A afirmação "somos todos iguais" tem sido frequentemente usada por aqueles que resistem à implementação de uma educação voltada para as relações étnico-raciais, fundamentada no respeito e na valorização da diversidade (Ferreira, 2015). No entanto, esse discurso, ao ignorar as desigualdades históricas e sociais, perpetua a opressão ao desconsiderar a necessidade de medidas específicas para reparar as desigualdades. Como afirma Abdias do Nascimento (1978), a igualdade formal sem a igualdade de condições é insuficiente para combater o racismo. Reconhecer as diferenças e suas implicações é um passo fundamental para a promoção de uma educação inclusiva e emancipadora.

No contexto das meninas negras, o impacto de uma educação antirracista é ainda mais significativo. Elas enfrentam uma intersecção de opressões de gênero e raça que influencia profundamente a forma como constroem sua autoestima e percebem seu lugar no mundo. Djamila Ribeiro (2017) aponta que a representatividade positiva é essencial para que essas meninas possam visualizar possibilidades de existência e resistência. A inserção de histórias, imagens e narrativas que valorizem a cultura negra no currículo escolar é uma ferramenta poderosa para fortalecer a identidade dessas alunas e combater os efeitos da discriminação.

Portanto, discutir como a escola lida com as questões étnico-raciais é crucial para compreender os desafios e avanços no enfrentamento do racismo no ambiente educacional. Esse debate deve estar fundamentado em uma perspectiva histórica e crítica, que não apenas reconheça os problemas existentes, mas também proponha soluções concretas para construir um espaço verdadeiramente igualitário e diverso. A educação antirracista não é uma opção, mas uma necessidade para a transformação social.

No texto *“Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou resignificação cultural?”*, Nilma Lino Gomes (2002) evidencia as dificuldades enfrentadas pelas pessoas negras no contexto escolar, destacando que sua escolarização ocorre de maneira significativamente mais desafiadora, pois:

[...] A escola impõe padrões de currículo, de conhecimento, de comportamentos e também de estética. Para estar dentro da escola é preciso apresentar-se fisicamente dentro de um padrão, uniformizar-se. A exigência de cuidar da aparência é reiterada, e os argumentos para tal nem sempre apresentam um conteúdo racial explícito. Muitas vezes esse conteúdo é mascarado pelo apelo às normas e aos preceitos higienistas. Existe, no interior do espaço escolar, uma determinada representação do que é ser negro, presente nos livros didáticos, nos discursos, nas relações pedagógicas, nos cartazes afixados nos murais da escola, nas relações professor/a e aluno/a e dos alunos/as entre si. [...] Embora atualmente os currículos oficiais aos poucos incorporem leituras críticas sobre a situação do negro, e alguns docentes se empenhem no trabalho com a questão racial no ambiente escolar, o cabelo e os demais sinais diacríticos ainda são usados como critério para discriminar negros, brancos e mestiços (Gomes, 2002, p. 45).

O racismo que as crianças e adolescentes negros enfrentam na escola é um fator que afeta o desempenho do estudante. Conforme a supracitada, a pessoa com o cabelo crespo tem sido alvo de muitas ações discriminatórias nas escolas, ao ponto de gestores escolares e professores manifestarem comportamentos abusivos que atentam contra o direito da individualidade e da integridade moral.

Mesmo com a aprovação da Lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira na educação básica, os episódios de racismo continuam presentes. Essa legislação foi criada com o objetivo de promover a igualdade racial, desconstruir representações negativas e equivocadas da cultura afro-brasileira e romper com a visão romantizada da história da formação do Brasil. Além disso, busca dar destaque às contribuições dos negros e africanos para a construção de muitos dos recursos de que hoje dispomos.⁴

⁴ O texto de Henrique A. C. Junior (2015) “Arte e tecnologia africana no tempo do escravismo criminoso” apresenta como a inteligência dos africanos foi usufruída pelos colonizadores para a mercantilização de diversos

No Brasil, ainda ocorrem inúmeros casos de discriminação em ambientes educacionais. Exemplo disso é o relato de uma aluna da PUC-Rio, que foi alvo de piadas e comentários depreciativos sobre seu cabelo crespo, feitos por professores. Tal situação evidencia que manifestações de racismo persistem em instituições de ensino de todos os níveis, desde a educação infantil até o ensino superior.

Segundo Kilomba (2019, p. 122), “não escutar é uma estratégia que protege o sujeito branco de reconhecer o mundo subjetivo das pessoas negras.” Negar a subjetividade dos negros é uma forma de silenciá-los e perpetuar um sistema racista. Esse comportamento se reflete em eventos como as celebrações do Dia da Consciência Negra, muitas vezes marcadas pela ausência de preparo de alguns professores para abordar um tema tão significativo para a identidade da população negra.

Embora a igualdade de direitos sociais seja prevista, na prática ela não é efetivamente garantida. A repetição da ideia de que “somos todos iguais” fortalece práticas que negam a presença e a valorização do corpo negro no espaço escolar. A sociedade, de modo geral, apresenta dificuldades para lidar com as diferenças, e a escola reflete essa realidade, tentando padronizar corpos e pensamentos.

Munanga (2006) destaca que a criança negra, desde cedo, compreende que é diferente de seus colegas brancos ou não negros, com base nas informações culturais acumuladas. No entanto, não entende por que essas diferenças são tratadas de maneira que inferiorizam seus traços e sua história. Cavalleiro (2003) reforça que o silêncio sobre essa temática em diversas instituições sociais contribui para que a diferença seja vista como desigualdade e os negros como sinônimo de inferioridade.

No ambiente escolar, esse entendimento se manifesta no currículo e nas práticas pedagógicas, que frequentemente naturalizam a ausência de representações negras. Os materiais didáticos e murais escolares frequentemente exibem imagens de crianças e famílias brancas, enquanto os negros, quando representados, aparecem em posições subalternas, perpetuando a ideia de inferioridade racial.

Desde cedo, a criança negra internaliza mensagens que moldam sua identidade e valores, muitas vezes idealizando o branqueamento como algo positivo. Esse processo causa prejuízos profundos, como a baixa autoestima, pois o reconhecimento positivo das diferenças étnicas deve ser fomentado desde os primeiros anos de vida (Cavalleiro, 2003).

recursos que já eram manipulados pelos africanos. À título de exemplo: a metalurgia do ferro. Informações como esta provam as ilegitimidades propagadas pelas teorias racialistas do século XIX até meados do século XX que atribuíam aos negros/as à incapacidade moral e intelectual, bem como a maldade e a destituição de beleza.

Na educação infantil, os primeiros contatos escolares frequentemente revelam as maiores violências psicológicas. É comum que creches e pré-escolas tratem crianças negras com falta de afeto e preconceito. Situações como bilhetes pedindo atenção especial à higiene do cabelo são um exemplo de como estereótipos se manifestam sob a alegação de cuidado. Mais tarde, esses preconceitos se transformam em comentários que questionam práticas básicas de cuidado, como “Você lava o cabelo?”, associando implicitamente a negritude a algo sujo ou selvagem.

Apesar disso, o movimento de valorização do cabelo crespo tem ganhado força, e cada vez mais meninas optam por assumir seus cabelos naturais. Contudo, no ambiente escolar, essa mudança ainda é enfrentada com resistência, sendo alvo de comentários racistas que perpetuam estereótipos e inferiorização.

A escola impõe padrões estéticos e de comportamento alinhados aos ideais de branquitude, o que impacta negativamente a autoestima das crianças negras. Esse ambiente, que rejeita sua história e cultura, força-as a se moldarem a um padrão que não as representa, prejudicando seu processo de aprendizado e convivência. Como reação, essas crianças podem apresentar baixo rendimento, isolamento social ou até comportamentos agressivos como forma de defesa. (Gomes, 2019).

O silenciamento de professores diante de questões relacionadas ao racismo é sustentado pela falta de formação adequada. Apesar de algumas mudanças nos currículos dos cursos de licenciatura, ainda há lacunas significativas no ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, perpetuando a omissão histórica e cultural.

Acredito que desmontar os estereótipos possa vir a ser um dos objetivos específicos dos cursos de formação de professores (...) como uma das formas de visibilizar as diferentes práticas cotidianas, experiências e processos culturais, sem o estigma da desigualdade, colocando todos eles como parte do passado significativo, da tradição e do conhecimento universal”. (Silva, 2005, p.24)

Reconhecem-se as falhas existentes na formação profissional dos educadores, mas, além disso, há deficiências significativas na formação humana que deveriam impedir a apatia de alguns professores diante das humilhações e do desrespeito que alunos frequentemente enfrentam no ambiente escolar.

Conforme pontua Almeida (2019), as instituições refletem o racismo estrutural da sociedade, que por sua vez molda indivíduos com posturas racistas. No julgamento moral de certos educadores, comentários depreciativos e apelidos ofensivos muitas vezes não são percebidos como atos graves, mas são tratados como meras brincadeiras. Nesse contexto,

nenhuma legislação ou teoria será capaz de transformar integralmente a mentalidade de um educador racista. A lei, no entanto, é essencial, pois, mesmo sem mudar convicções pessoais, ela pode induzir mudanças de comportamento, já que os indivíduos reconhecem a possibilidade de sanções por seus atos.

Os impactos de um currículo antirracista não se restringem apenas às meninas negras, mas se estendem a todos os estudantes, pois promovem um ambiente educacional mais justo e equitativo. Gloria Ladson-Billings (1995) argumenta que a pedagogia culturalmente relevante desafia a supremacia branca implícita na educação tradicional, criando condições para que estudantes de diferentes origens culturais sejam reconhecidos e valorizados. Essa abordagem permite que todos os alunos se beneficiem de uma educação que celebre a diversidade e questione estruturas opressoras.

Ademais, iniciativas como a Lei 10.639/2003, que torna obrigatória a inclusão da história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar, representam um marco na luta pela educação antirracista no Brasil. Contudo, a efetividade dessa legislação depende de uma formação docente que prepare professores para trabalhar essas questões com sensibilidade e competência. Sem isso, corremos o risco de transformar a obrigatoriedade em um simples cumprimento burocrático, sem impacto real no cotidiano escolar.

Angela Davis, em seus estudos e atuações como ativista, reforça que a luta antirracista e a educação emancipadora estão intrinsecamente conectadas. Segundo Davis (1981), é fundamental que a escola não apenas reconheça a história da opressão, mas também atue como espaço de resistência e transformação. Para ela, a inclusão de narrativas de resistência negra é essencial para desconstruir os paradigmas eurocêntricos que ainda dominam o ensino.

Ao articular as questões de gênero e raça, Davis ilumina como as meninas negras são particularmente impactadas por um sistema educacional que reforça normas patriarcais e racistas. A educação, para ela, deve ser uma ferramenta para fortalecer essas meninas, proporcionando-lhes o acesso a histórias e referências que as empoderem e as ajudem a contestar as estruturas de dominação.

Portanto, discutir como a escola lida com as questões étnico-raciais é crucial para compreender os desafios e avanços no enfrentamento do racismo no ambiente educacional. Esse debate deve estar fundamentado em uma perspectiva histórica e crítica, que não apenas reconheça os problemas existentes, mas também proponha soluções concretas para construir um espaço verdadeiramente igualitário e diverso. A educação antirracista não é uma opção, mas uma necessidade para a transformação social.

Com base nos argumentos apresentados, conclui-se que a aparência física ainda é utilizada como critério para classificar e hierarquizar pessoas, influenciando diretamente as oportunidades de trabalho e educação. Esse padrão excludente privilegia um modelo específico, semelhante à exploração de grupos raciais no passado, embora atualmente se manifeste sob o pretexto da "boa aparência" – um discurso que, embora menos explícito, mantém as mesmas bases discriminatórias.

A desconstrução do racismo precisa ser uma prática diária e constante em sala de aula, onde os alunos possam conhecer a sua própria história sem preconceitos e estigmas. Neste cenário, a subjetividade docente precisa ser considerada pois "(...)não basta se cercar dos "novos" conteúdos, isto é, não basta conhecê-los apenas, antes se torna imperioso e urgente desconstruir os preconceitos e/ou pré-conceitos que, infelizmente, ainda estruturam a prática pedagógica." (Viana, 1979, p. 11).

A contribuição dos negros e negras na construção deste país é enorme, mas o preconceito em relação à religião cria uma barreira discriminatória que impede, por exemplo, que o jongo e o maculelê estejam presentes nas atividades culturais em sala de aula, pois as letras das músicas cantaroladas remetem a ancestralidade e aos orixás além da batida forte do tambor, instrumento musical demonizado nas culturas eurocêntricas (Almeida; Braga, 2019).

A formação continuada do docente é indispensável na educação para as relações étnico-raciais, pois atua como instrumento desmistificador de conceitos e conteúdos racistas aprendidos ao longo de sua caminhada profissional. A disciplina e o controle são exemplos de práticas que impedem a circularidade das práticas pedagógicas.

3.2 Resistência Estudantil e a Afirmação da Identidade Negra

Como já mencionado, muitas das questões que podem impactar profundamente a vida de um indivíduo são formadas durante a primeira infância, incluindo a construção da autoestima⁵. Para a criança, a autoestima é desenvolvida, entre outros fatores, a partir da interação com o outro: cuidadores, adultos de referência e pessoas que fazem parte de sua convivência, como os colegas de classe.

Nesse contexto, a autoestima da criança negra é frequentemente influenciada por ações ou omissões dos adultos de referência. Como ressalta Gomes (2002, p. 4), “a maneira como a

⁵ Reconhecimento e valorização das próprias qualidades e atributos, sejam físicos, mentais ou intelectuais, ou seja, o sentimento que o sujeito é capaz de cultivar em relação a si.

escola, assim como a sociedade, enxerga o negro e a negra e emite opiniões sobre seus corpos, seus cabelos e sua estética deixa marcas profundas na vida desses sujeitos.”

Além da visão do outro sobre si, um fator crucial para o fortalecimento da autoestima durante a primeira infância é o sentimento de pertencimento. Esse senso de integração e aceitação contribui significativamente para o desenvolvimento emocional e social da criança.

Uma das necessidades vitais da criança é o enraizamento; ela se sentir pertencente a vida, a uma família, a uma história, a um chão. A sua vida não pode ser aleatória, não pode ser ao acaso. Ela precisa de pertencer a um destino. Ela precisa conhecer um pouco mais a história inteira de que ela é personagem. Esse pertencimento é muito importante para a autoestima, para a significação própria, para o sentido de vida (O Começo da Vida, 2020).

Nesse contexto de se conhecer a história inteira de que se é personagem e adentrando a questão da representatividade e de seu papel para a construção da autoestima positiva na criança, é relevante pontuar o modo como a história de um povo é retratada para a criança, destacando-se no contexto deste trabalho, a representação midiática.

Embora recentemente se perceba a representação midiática das pessoas negras de forma distinta à que era retratada há pouco tempo (o negro escravo, a mulher negra como objeto sexual, a mulher negra submissa a todos e sempre disposta a servir os seus senhores etc.), a aparição midiática da população negra ainda é sub-representação, podendo assim, ocasionar nas crianças pretas e pardas, desde os primeiros anos de vida, a sensação de não-pertencimento, de subalternidade e inferioridade.

(...) diariamente pessoas negras são bombardeadas com a informação de inadequação e/ou de inexistência (...). Nos programas, novelas, filmes, propagandas etc., a imagem da pessoa negra oscilava entre a escassez premeditada e aceita pela branquitude (...). Os símbolos de beleza, exaltados e protagonistas de diversas histórias sempre foram brancos (Berth, 2018, p. 21).

A sociedade brasileira, estruturada de maneira racializada, frequentemente valoriza a pessoa branca como o único padrão de beleza, relegando a pessoa negra a um lugar de inferioridade. Essa racialização está profundamente enraizada no imaginário coletivo, causando desconforto e sofrimento, especialmente para mulheres negras. Nas redes sociais, é comum encontrar relatos de mulheres negras compartilhando suas vivências de racismo durante a infância e a adolescência, particularmente relacionadas aos seus cabelos. Insultos como "cabelo ruim", "duro", "pixaim", "bucha" e "vassoura de piaçava" foram utilizados para depreciá-las desde cedo, inserindo-as em um padrão de inferioridade. Como aponta Gomes (2002, p. 3): “Foi a comparação dos sinais do corpo negro (...) com os do branco europeu e colonizador que

(...) serviu de argumento para a formulação de um padrão de beleza e de fealdade que nos persegue até os dias atuais.”

Na tentativa de ocultar a herança racial e se adequar ao padrão estético eurocêntrico, também são frequentes os relatos de mulheres negras que, ainda na infância, se submeteram a diversos procedimentos químicos e físicos para alterar seus cabelos. Alisamentos, relaxamentos e o uso de pente quente eram práticas comuns, realizadas com o objetivo de tornar os cabelos mais "aceitáveis" aos olhos da sociedade e aproximá-los do ideal branco. Isso reflete uma lógica em que, embora a cor da pele seja algo imutável, os cabelos poderiam ser modificados para minimizar a discriminação.

Manipular os fios crespos tornando-os lisos, são procedimentos tradicionais que historicamente tendem a alterar provisoriamente o formato natural do fio crespo com 12 propostas de transformação que solucionem os percalços cotidianos, atuando na textura e na vitalidade (Rocha, 2016, p. 1).

Berth (2018) traz uma colocação relevante em relação à postura da mulher negra que, com a intenção de deixar o cabelo crespo em um aspecto mais aceitável pela sociedade, se submete a uma sensação provisória de alívio, mas que, no entanto, acaba se tornando um grande incômodo devido ao esforço necessário para a manutenção do cabelo alisado:

Uma mulher negra pode alisar seus cabelos na busca consciente ou inconsciente pela estética europeia/caucasiana que foi cunhada pelo colonizador como aceitável, agradável, desejável. Embora essa deturpação de suas características fenotípicas possa lhe trazer uma sensação de bem-estar ao se vislumbrar diante de um espelho, saber que esse cabelo não é seu e, portanto, exigirá um conjunto de cuidados para se manter, incluindo táticas para que os outros esqueçam esse detalhe, o incômodo e a insatisfação inevitavelmente circula pelo seu interior e acaba por alimentar frente as dificuldades de manter a aparência colonizada, as rejeições do sistema racista que sempre a vitimaram (Berth, 2018, p. 94).

A mulher negra que decide manter o cabelo crespo em sua forma natural, sem recorrer a procedimentos físicos ou químicos que alterem a estrutura dos fios, adota uma postura de autoaceitação. Essa escolha transcende a dimensão estética, tornando-se também um ato político de valorização da beleza negra. Ao rejeitar o processo de branqueamento que a sociedade espera, essa mulher afirma sua identidade e confronta as normas racistas que historicamente a oprimem. Nesse contexto, o combate ao racismo ganha novas expressões e narrativas, onde a valorização do cabelo crespo natural se consolida como um ato político. Como aponta Gomes (2007, p. 1330): “É por causa do racismo que os negros tiveram que politizar a beleza negra e valorizar o cabelo crespo.”

No Brasil, especialmente na última década, observa-se um crescente movimento de valorização e ressignificação da estética negra, com maior destaque nas grandes metrópoles. No entanto, é fundamental lembrar que essa postura de orgulho racial e valorização da história e dos traços negros não é inédita. Nas décadas de 1960 e 1970, movimentos afro-americanos como *Black is Beautiful*, *Black Power* e *Harlem Renaissance* já promoviam a celebração da beleza negra, inspirando mudanças em diversos países, incluindo o Brasil.

Atualmente, duas legislações fundamentais buscam implementar uma educação antirracista no ambiente escolar: a Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares, e a Lei nº 11.645/2008, que ampliou essa obrigatoriedade ao incluir também conteúdos sobre História e Cultura Indígena no artigo 26A da LDBEN. Essas conquistas representam frutos das lutas do Movimento Negro por equidade educacional e oportunidades.

Entretanto, mudanças que tocam questões raciais frequentemente enfrentam resistência em uma sociedade estruturalmente racista. A implementação dessas leis tem sido marcada por incertezas, desconforto e resistências, como observado por Dupret e Vieira (2013, p. 49): “Incertezas, mal-estar e resistências de toda ordem e tipo por parte de alguns, que ainda não compreenderam o espírito democrático de tais medidas.”

Na prática, a aplicação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 ainda enfrenta desafios, agravados por retrocessos políticos. A luta continua para que as crianças negras conheçam sua história e tenham suas identidades valorizadas. Para que essas leis sejam efetivamente implementadas, é imprescindível o fortalecimento de ações governamentais, bem como a criação de programas de formação para os professores. Sem essas iniciativas, a consolidação de uma educação antirracista continuará a ser um objetivo distante.

Para Dornelles (2010), a literatura é outra grande aliada para uma educação antirracista no momento em que rompe com as práticas tradicionais e racistas que estereotipam corpos negros e passa a retratar não só a estética, mas também o cotidiano de famílias negras. A representatividade presente nos livros infantis com temática racial possibilita o negro de se ver, conhecer e valorizar a sua cultura. E para crianças não negras, o entendimento que existem várias culturas e povos e que a dela não é superior.

Segundo Oliveira (2020),

[...]ao mesmo tempo que a literatura cura pessoas negras, independentemente da idade, ela também provoca a cura nas pessoas não negras, nas crianças brancas, porque estas vão olhar para outros padrões de beleza e também podem se encantar com Tayó e Akim. (Oliveira, 2020).

O mercado literário oferece, atualmente, uma série de livros com protagonistas negros. Essa conquista é fruto de muita luta dos movimentos negros para inserção deste nicho. Mas, só a existência do material não transforma a educação e o ambiente, é preciso mais, portanto reitera-se a importância da formação de profissionais de educação como caminho possível para a conquista deste objetivo.

O alicerce de uma boa aula está nos planos e planejamentos e estes devem estar alinhados a um bom referencial teórico, que sustente e fortaleça o desenvolvimento do trabalho e de toda a diversidade presente na cultura afro-brasileira. Com isso,

[...] torna-se um grande desafio fazer da cosmovisão africana e da tradição oral, conteúdos curriculares, uma vez que os programas escolares têm sido, até agora, sempre eurocêtricos, baseados em princípios até mesmo antagônicos aos das culturas negras. (Petit, 2011, p. 110).

A oralidade possui pouco destaque na sociedade que tende a valorizar somente a cultura escrita. Os Griots presentes em África apresentam a importância da oralidade na transmissão de ensinamentos e das histórias. O controle da fala dentro do espaço escolar se consolida com expressões como: ‘silêncio!’, ‘não é assim que se fala essa palavra, menino!’ ou ‘Cala a boca!’, ‘psiuuuu!’; ‘não pode’; ‘senta!’ (Trindade, 2008 p.5).

Esse silenciamento imposto reverencia uma educação antidemocrática e revela o medo de ser questionado e não dar conta de responder e por fim perder o status de único detentor de saber. Professor não sabe tudo, ele constrói seus conhecimentos ao longo de sua trajetória de vida com as suas vivências, formações e inquietações. A oralidade precisa estar presente no ambiente escolar pois o aprendizado é um processo mútuo, onde aluno e professor trocam experiências e promovem o ensino aprendizagem. Nesse sentido,

Acredito, de fato, que temos muito a tirar proveito dos ensinamentos e das práticas oriundas das tradições orais para constituirmos uma Pretagogia, isto é, uma Pedagogia que potencialize os aprendizados da nossa ancestralidade africana, algo que não vemos muito acontecer. (Petit, 2011 p.108).

A Pretagogia se configura como um referencial teórico metodológico que permite ao educador explorar a riqueza cultural das sociedades africanas. Ela "se alimenta dos saberes, conceitos e conhecimentos de matriz africana, o que significa dizer que se ampara em um modo particular de ser e estar no mundo". (Petit, 2011 p.108).

Dupret e Vieira (2013, p. 52) destacam a importância da produção de materiais didáticos que promovam debates sobre as relações étnico-raciais em diversas formas de expressão, citando como exemplo a série de vídeos *A Cor da Cultura*, desenvolvida pelo Ministério da

Educação por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD).

Conforme Dupret e Vieira (2013), o material didático *A Cor da Cultura*, desenvolvido em 2004 e amplamente distribuído nas escolas brasileiras, possui elevada qualidade. Ele é composto por cinco séries televisivas, jogos interativos, propostas de atividades e uma metodologia específica. Embora esteja acessível no site do projeto e disponível em exemplares nas bibliotecas escolares, muitos educadores desconhecem sua existência. Essa falta de visibilidade contribui para a perpetuação dos privilégios da população branca e reforça os mecanismos de exclusão que afetam crianças negras no ambiente escolar.

Os autores ainda destacam que:

[...]a Lei 10639/03 e 11645/08 nos aponta, sem dúvida, para uma defasagem não só de informações omitidas, mas também do impedimento de uma construção identitária em seu amplo espectro; o que precisa ser minimizado com urgência e com consciência política. É coisa que interessa a todos os brasileiros, sejam estes negros ou brancos, pobres ou ricos. Em todos os casos brasileiros, membros de uma nação multicultural e plurirracial (DUPRET; VIEIRA, 2013, p 59).

De acordo com Gomes (2003), a construção da identidade é um processo que ocorre no âmbito social, baseado na interação com outras pessoas. As identidades não se formam no isolamento, mas em espaços sociais como a família, a rua, o ambiente de trabalho e a escola.

Essas identidades são dinâmicas e se desenvolvem como um conjunto de vivências nas esferas social, cultural, histórica e familiar, por meio de processos de atribuição e redefinição de significados ao longo da trajetória pessoal de cada indivíduo. A identidade está intrinsecamente ligada tanto à afirmação das mudanças vividas quanto às referências que orientam essa formação.

No contexto brasileiro, as representações sociais exercem uma influência direta sobre o processo de construção identitária e frequentemente se fundamentam em discursos racistas. Segundo Hall (2000),

[...]elas (as identidades) têm a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos. Têm a ver não tanto com as questões “quem nós somos” ou “de onde nós viemos”, mas muito mais com as questões “quem nós podemos nos tornar”, “como nós temos sido representados” e “como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios” [...]. (Hall, 2000 p. 108)

A forma como os grupos sociais são representados permite que determinados grupos privilegiados ganhem mais destaque e visibilidade na sociedade. Negros e negras brasileiros

frequentemente não têm uma representação significativa e constroem suas identidades com referência ao padrão do corpo branco, buscando arduamente um “quem podemos nos tornar” que não seja marcado pela inferiorização das diferenças. Nesse sentido, recaem as manipulações do corpo e cabelo, assim como o embranquecimento de atitudes e valores (Gomes, 2003).

As identidades são mais frequentemente vistas como um produto da marcação da diferença e da exclusão, em vez de um signo de unidade e identidade. Os conceitos de Identidade e Diferença estão interligados, onde “as identidades são construídas por meio da diferença e não fora dela” (Hall, 2000, p. 110).

De acordo com Hall (2000), a identidade parte da afirmação do que somos em contraposição ao que não queremos ser. Contudo, como vimos ao longo deste capítulo, nossas afirmações e preferências ainda estão muitas vezes atreladas a construções e padrões distorcidos de um modelo branco que não corresponde à nossa realidade. Mulheres negras vivem essa realidade cotidiana, lutando entre a afirmação e a negação da identidade negra e os padrões de beleza impostos.

A identidade é um processo construído tanto no campo psicológico quanto nas relações sociais. No caso da identidade negra, está profundamente ligada à negação da corporeidade nas interações sociais. Corpo e cabelo não são elementos neutros, mas possuem uma marca identitária de pertencimento étnico-racial (Gomes, 2019).

A tonalidade da pele e a textura do cabelo classificam homens e mulheres negras desde o período escravocrata, representando, em sua essência, uma condição de ser negro que não se traduz em uma unidade com seus pares. O processo de construção da identidade da população negra é marcado pela falta de fatores positivos, fazendo com que crianças e adultos não se reconheçam positivamente como negros. (Schucman, 2010).

A ausência de representação na mídia, juntamente com a omissão da história dos grandes líderes negros no currículo escolar, são obstáculos que impedem a construção de uma identidade que valorize sua história e ancestralidade. Schucman destaca as perdas decorrentes desse processo:

[...] o reconhecimento incorreto ou não reconhecimento de uma identidade marca suas vítimas de forma cruel, subjugando-as através de um sentimento de incapacidade, ódio e desprezo contra elas mesmas, e desta forma a política de reconhecimento não é apenas um respeito a esses grupos, mas também uma necessidade vital para a constituição dos indivíduos[...]. (Schucman, 2010 p. 49).

As políticas de reconhecimento desempenham um papel crucial na luta contra práticas racistas e deterministas que impedem a construção de uma identidade positiva. Exemplos dessas

políticas são as leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, que buscam promover um ensino com equidade e valorização do indivíduo negro e suas características fenotípicas. Essas legislações se contrapõem a práticas que perpetuam a “precariedade de modelos satisfatórios e a abundância de estereótipos negativos sobre negros” (Cavalleiro, 2003, p. 19).

Ser negro em um país como o Brasil, com uma sociedade marcada pelo racismo estrutural, é um grande desafio, cheio de resistência e uma luta constante contra os ataques racistas, físicos e psicológicos, sofridos em diversos ambientes sociais. Esses ataques causam um abalo significativo na autoestima, tanto para adultos quanto para crianças negras. No contexto escolar, “a criança negra, na fala dos professores, é vista como um indivíduo diferente, que ocupa um espaço distinto daquele comum, compartilhado por outras crianças” (Cavalleiro, 2003, p. 80).

Para Cavalleiro (2003), esse espaço demarcado legitima o tratamento diferenciado recebido por meninos e meninas negras na escola. Conforme observado, a identidade é construída na relação com o outro, e, no caso das crianças negras, a família e a escola desempenham papéis de referência nesse processo. No entanto, este processo é frequentemente conflituoso, com o menosprezo aos seus corpos, a ausência de representatividade e o reforço dos estereótipos negativos que recaem sobre os indivíduos negros.

Sant’Ana (2005, p. 65) argumenta que estereótipos e racismo estão intrinsecamente ligados, sendo o estereótipo uma prática do preconceito que “[...] visa justificar uma suposta inferioridade”. No ambiente escolar, os estereótipos aparecem de forma muito clara através de piadas racistas entre colegas e rótulos discriminatórios por parte de professores, perpetuando um sistema de ensino desigual entre brancos e negros. Essas atitudes fazem parte de um verdadeiro ritual pedagógico de exclusão que se mantém nas escolas brasileiras.

O espaço escolar deve ser de, e para todos. Apesar dos dezoito anos de promulgação da Lei 10.639/03, ainda encontramos escolas que se recusam a incluir em suas discussões as questões raciais. Independentemente da classe social ou origem da instituição, o racismo está presente e precisa ser confrontado e desmistificado. Crianças não nascem racistas; aprendem com o convívio familiar, escolar e social. A escola, no entanto, reproduz o racismo em suas práticas cotidianas com um currículo engessado que não considera a diversidade e o multiculturalismo, além de murais, cartazes e livros infantis que retratam apenas crianças brancas (Sant’ana, 2005).

Para Sant’Ana (2005), nesse cenário, as crianças negras não se reconhecem nem se sentem como parte integrante daquele espaço, desenvolvendo uma relação conflituosa e marcada pela rejeição a seu corpo e à sua história. O convívio diário em uma escola

predominantemente branca torna distante a possibilidade de uma educação antirracista, bem como a construção de uma identidade positiva.

A escola desempenha um papel crucial na valorização da autoestima e no apoio às crianças negras, ajudando-as a superar as dificuldades em se reconhecerem nas lacunas do processo educacional e corrigir as falhas existentes. Como afirma Cavalleiro,

É importante despertarmos para o fato de que tais práticas, embora não se iniciem na escola, contam com esse ambiente para seu reforço. Muitas vezes, nas relações diárias estabelecidas nas escolas ocorre difusão de valores, crenças, comportamentos atitudes de hostilidade em relação ao grupo negro, que comprometem seu reconhecimento e sua aceitação por parte dos que lá estão. (Cavalleiro, 2001 p. 147)

A reprodução de estereótipos racistas por parte dos professores é um problema grave e recorrente no ambiente escolar. Muitos educadores não são preparados para lidar com a diversidade e, sim, com a padronização. A individualidade dos estudantes é frequentemente ignorada, enquanto há um processo constante de conformidade a um padrão estabelecido. Esse comportamento docente afeta negativamente a autoestima das crianças negras e prejudica o sucesso do processo de ensino-aprendizagem (Almeida, 2019).

De acordo com suas vivências e formação, os profissionais tendem a preconceituar seus alunos, julgando que se as crianças “não acompanham” os conteúdos, é porque são “defasadas economicamente e culturalmente”, avaliações essas baseadas em estereótipos raciais e culturais, ou ainda que são “relaxadas” e “desinteressadas” (Romão, 2001, p. 163).

Segundo Romão (2001), questões sociais influenciam diretamente o processo de ensino-aprendizagem, sendo também um mecanismo para mascarar o racismo no ambiente escolar. Afirmações como “as crianças não aprendem porque são muito pobres e os pais não incentivam” são comuns, especialmente em Conselhos de Classe Escolar, transferindo a responsabilidade da comunidade escolar para a criança e sua família. Essas observações contribuem para um abalo psicológico na autoestima das crianças, expondo-as a constantes violações e impedindo sua progressão no aprendizado, como na leitura e na escrita.

As crianças negras precisam construir uma identidade positiva, e para isso, a escola deve romper com práticas e estereótipos racistas e deterministas. Esse processo deve ser alcançado por meio de práticas educativas que valorizem a figura do negro, sua história e contribuições para a construção deste país. A implementação de uma educação antirracista, conforme estabelecido pela Lei 10.639/03 e a Lei 11.645/08, é o caminho que devemos seguir para que meninos e meninas negras se reconheçam e reafirmem sua identidade negra (Almeida, 2019).

A resistência estudantil e a afirmação da identidade negra no ambiente escolar representam uma resposta coletiva ao racismo estrutural que ainda persiste na educação brasileira. É por meio da valorização da história e cultura afro-brasileira, aliada a uma pedagogia crítica e antirracista, que podemos construir um ambiente escolar transformador e inclusivo.

A partir do enfrentamento dos estereótipos racistas, do estímulo à representatividade positiva e da implementação efetiva de legislações como as Leis 10.639/03 e 11.645/08, a escola pode se tornar um espaço de empoderamento para crianças negras, especialmente para meninas que enfrentam múltiplas opressões.

Como enfatizado por pensadores como Angela Davis e Djamila Ribeiro, a educação deve ser um instrumento de libertação e resistência, capaz de subverter as estruturas de exclusão e criar possibilidades reais para que as crianças negras reconheçam e afirmem sua identidade com orgulho e confiança. Portanto, o compromisso com uma educação antirracista não é apenas um ato de justiça social, mas também um passo essencial para transformar a escola em um ambiente de igualdade, diversidade e resistência ativa contra o racismo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho abordou como o racismo estrutural se manifesta nas representações culturais e nas instituições, com foco especial nos cabelos crespos e cacheados. Observou-se que, ao longo da história brasileira, as características fenotípicas afrodescendentes, incluindo o cabelo, foram desvalorizadas e associadas a estigmas negativos, reforçando desigualdades e prejudicando a construção identitária da população negra.

A análise revelou que a mídia, as escolas e outras instituições sociais desempenham papéis centrais na perpetuação de preconceitos e exclusão, ainda que nos últimos anos tenham surgido iniciativas para valorizar a estética negra e desconstruir padrões eurocêntricos. Esses avanços, entretanto, são insuficientes diante da profundidade do racismo estrutural no Brasil.

A escola, como ambiente formador, precisa promover a educação antirracista, garantindo a valorização da história e da cultura afro-brasileira, tal como preconizado pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008. A inclusão de práticas pedagógicas que respeitem a diversidade é essencial para construir um espaço onde todos os alunos se sintam pertencentes e valorizados.

Ademais, a ressignificação do cabelo crespo e cacheado não é apenas uma questão estética, mas um ato político que reafirma a identidade negra e resiste ao racismo. Este trabalho evidencia que o fortalecimento de políticas públicas, o engajamento social e o compromisso das instituições educacionais e culturais são passos fundamentais para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

A análise permitiu compreender como a mídia, historicamente dominada por padrões eurocêntricos, contribuiu para perpetuar desigualdades, marginalizando características fenotípicas negras e promovendo ideais de branqueamento.

O trabalho apresentado evidenciou que, mesmo diante de avanços na representatividade negra em diferentes esferas, como a publicidade, o telejornalismo e a teledramaturgia, ainda há desafios significativos na desconstrução do racismo estrutural. Apesar de iniciativas que valorizam a estética afrodescendente, estas muitas vezes são impulsionadas por interesses mercadológicos, limitando-se à superficialidade de discursos estéticos, sem confrontar de maneira profunda os mecanismos que sustentam a exclusão racial.

Observou-se, também, que os cabelos crespos transcendem a dimensão estética, funcionando como marcadores identitários que refletem a resistência e a luta contra a invisibilidade social. Para isso, a mídia desempenha um papel crucial nesse contexto, seja como

perpetuadora de preconceitos, seja como plataforma para transformar narrativas e fortalecer identidades.

Portanto, é indispensável que as políticas públicas e os movimentos sociais continuem a pressionar pela ampliação da inclusão racial em todas as instâncias midiáticas. Além disso, é essencial promover a conscientização sobre a importância de uma educação crítica, que valorize a diversidade e combata estereótipos. A transformação efetiva exige mudanças profundas nas estruturas sociais e culturais, indo além de adaptações pontuais e estéticas.

Também, ficou evidente que o racismo estrutural é um desafio profundo no ambiente escolar, manifestando-se de formas sutis e explícitas, como na discriminação estética direcionada a crianças negras. A escola, em sua função de formação cidadã, deveria ser um espaço de promoção da diversidade, mas frequentemente atua como um reproduzidor das desigualdades sociais, reforçando estereótipos e silenciando identidades.

O cabelo crespo, enquanto marcador de identidade, exemplifica como normas estéticas impostas moldam experiências de exclusão e afetam a autoestima das crianças negras. A superação desse cenário exige não apenas a aplicação efetiva de legislações como as Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, mas também um compromisso genuíno por parte dos educadores em desconstruir preconceitos enraizados.

Nesse contexto, a formação continuada dos professores surge como um dos pilares fundamentais. Não basta apenas conhecer novos conteúdos, é imperativo que educadores confrontem e revisem preconceitos pessoais, criando práticas pedagógicas inclusivas e culturalmente sensíveis. Afinal, como argumentado, a educação antirracista não é apenas um conteúdo curricular, mas uma postura transformadora que valoriza a história e a contribuição dos povos negros.

Outro aspecto crucial é o papel da representatividade nos materiais didáticos e no currículo escolar. Quando crianças negras se veem positivamente retratadas, o impacto em sua autoestima e senso de pertencimento é profundo. Nesse sentido, é vital fomentar a produção e disseminação de recursos educativos que celebrem a cultura afro-brasileira e incentivem o orgulho racial.

Diante das reflexões e experiências vivenciadas, considero que tanto o ambiente escolar quanto a mídia desempenham papéis fundamentais na valorização dos cabelos crespos e cacheados, promovendo identidade e respeito. Historicamente, esses tipos de cabelo foram marginalizados, o que deixou marcas profundas na autoestima de muitas pessoas, especialmente nas crianças.

No contexto escolar, é essencial que, desde cedo, as crianças sejam ensinadas a reconhecer a beleza de seus cabelos e a valorizar as diferenças. Um ambiente educacional ideal deve contar com professores que abordem temas relacionados à diversidade, com representatividade nos materiais didáticos e com atividades que celebrem a pluralidade estética. Essas práticas são indispensáveis para desconstruir padrões preconceituosos e proporcionar às crianças um espaço de acolhimento e valorização.

Quanto à mídia, é imperativo ampliar a representatividade de pessoas com cabelos crespos e cacheados, destacando-as como protagonistas de narrativas, referências de sucesso e ícones de beleza. Essa visibilidade desempenha um papel transformador, pois, ao nos vermos representados em posições de destaque, reafirmamos nossa capacidade de ocupar espaços importantes na sociedade.

Assim, acredito que tanto o ambiente escolar quanto a mídia têm o potencial de transformar a maneira como as pessoas se percebem, contribuindo para uma sociedade mais respeitosa e inclusiva. Afinal, essa questão transcende a estética capilar, tratando-se de amor-próprio, liberdade e dignidade.

Por fim, reconhecemos que a luta pela equidade racial na educação é contínua e desafiadora, especialmente em uma sociedade estruturalmente racista. Entretanto, é na escola que plantamos as sementes para uma sociedade mais justa. Um ambiente escolar que acolhe e valoriza a diversidade étnico-racial não apenas contribui para o desenvolvimento integral dos estudantes, mas também desempenha um papel central na construção de um futuro mais inclusivo e respeitoso para todos.

O trabalho reafirma a urgência de práticas que celebrem a ancestralidade africana e promovam a autoestima das populações negras, reconhecendo suas contribuições para a construção da identidade brasileira. Só assim será possível caminhar rumo a uma sociedade verdadeiramente inclusiva e igualitária, onde todas as vozes e expressões sejam devidamente representadas e valorizadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Polen, 2019.

ARAÚJO, Joel Zito. O negro na dramaturgia, um caso exemplar da decadência do mito da democracia racial brasileira. **Revista Estudos Feministas**, vol. 16, núm. 3, Florianópolis, 2008.

BERTH, Joice. **O que é empoderamento?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BRAGA, Amanda. **História da beleza negra no Brasil: discursos, corpos e práticas**. São Carlos: EdUFSCar, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estatuto da Igualdade Racial. Dispõe sobre a instituição do Estatuto da Igualdade Racial, em defesa dos que sofrem preconceito ou discriminação em função de sua etnia, raça e/ou cor**. Paulo Paim. Brasília, 2003.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil/ Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 11.645 de 2008. **Inclusão no currículo na rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”**. 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

BROOKSHAW, Daniel. **Raça e cor na literatura brasileira**. Tradução de Marta Kirst. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo e preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2ª edição. 2003.

COUTINHO, Cassi Ladi Reis. **A Estética dos Cabelos Crespos em Salvador**. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2010.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEARO, Guilherme. Dove celebra cabelos cacheados em nova campanha. **Revista EXAME.com**, 21 de janeiro de 2015.

DORNELLES, Leni Vieira. Sobre o devir-criança ou discursos sobre as infâncias. In: **V Colóquio Internacional de Filosofia da Educação**, UERJ, 9., 2010, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: UERJ, 2010.

DUPRET, Leila; VIEIRA, Clarice. Lei 10.639/03 e formação de profissionais da educação: práticas pedagógicas, construções subjetivas e impactos de mercado. In: CARVALHO, Carlos Roberto de; NOGUERA, Renato; SALES, Sandra Regina (orgs.). **Relações Étnico-Raciais e Educação: contextos, práticas e pesquisas**. Rio de Janeiro: NAU Editora: EDUR/UFRJ, 2013. p. 49-62.

FARIAS Ana Karla. A teoria da conspiração e a teoria do agendamento. **Observatório da Imprensa**, ed. 858, 2015.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. **Letramento racial crítico através das narrativas autobiográficas com atividades reflexivas**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2015.

FERREIRA, Luciana. **Educação e relações étnico-raciais: desafios e perspectivas no Brasil**. Brasília: MEC, 2015.

FERREIRA, Ricardo. Negro midiático: construção e desconstrução do afro-brasileiro na mídia impressa. **Revista USP**, São Paulo, n.69, p. 80-91, março/maio 2006.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala** - Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: 48ª ed., Global, 2003.

G1.com. **Maju se diz feliz: 'Preconceituosos ladram, mas a caravana passa'**. São Paulo, 03 de julho de 2015.

GOMES, Nilma Lino. Cultura Negra e educação. **Revista Brasileira de Educação**. nº 23. 2003.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade e diferença: aspectos políticos e pedagógicos**. Petrópolis: Vozes, 2005.

GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural? **Revista Brasileira de Educação**, [S.L.], n. 21, p. 40-51, dez. 2002.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

GONZALEZ, Lélia. O corpo negro na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo: ANPOCS, 1988.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Raça, cor, cor da pele e etnia. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 20, p. 1-360, 2011.

HALL, Stuart. **Quem precisa da Identidade?** In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: RJ. Vozes, 2000.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução de Jess Oliveira. 4ª ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019

LADSON-BILLINGS, Gloria. **Os guardiões do sonho: professores bem-sucedidos de crianças afro-americanas**. São Paulo: Moderna, 1995.

LEÃO, Gabriel. Apenas um produto negro no telejornalismo. **Observatório da Imprensa**, ed. 641, 2011.

MACHADO, Viviane. **História do jornalismo no Brasil**. 2012.

MIRANDA, Carlos Augusto. **Racismo anunciado: o negro e a publicidade no Brasil (1985-2005)**. São Paulo: C.A.M., 2009.

MORAES, Bianca; PAULA, Sara; e MOREIRA, Benedito. **Mulher negra na publicidade: a reprodução das desigualdades**. Mato Grosso, 2015.

MUNANGA, Kabengele. **Racismo, discriminação racial e ações afirmativas: a sociedade atual**. GOMES, Nilma Limo; MUNANGA, Kabengele. O negro no Brasil de hoje. São Paulo: Global, 2006.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

O COMEÇO da vida. **Roteiro**: Estela Renner. São Paulo: Maria Farinha Filmes, 2016. Color.

O FUXICO.com. **Glória Maria diz que voltaria a ter o cabelo Black Power**. 11 de julho de 2012.

OLIVEIRA, Kelly Cristina de; PIMENTA, Sonia Maria de Oliveira. O racismo nos anúncios de emprego do século XX. **Linguagem em discurso**, v.16, n.3, 2016.

OLIVEIRA, Kiusam. Literatura negro-brasileira do encantamento e as infâncias: reencantando corpos negros. **Feira Literária Brasil-África de Vitória - ES**; v. 1, n. 3, 2020.

PETIT, Sandra Haydée. **Pretagogia: Pertencimento, Corpo-Dança Afro ancestral e Tradicional Oral** Contribuições do Legado Africano para a Implementação da Lei nº 10.69/03. Fortaleza; Ce: EdUECE, 2011.

RAFAEL, Paulo J. Racismo no horário nobre. **Observatório da Imprensa**, ed. 269, 2004.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

ROMÃO, Jeruse. **O educador, a educação e a construção de uma autoestima positiva no educando negro**. In: CAVALLEIRO, Eliane. Racismo e antirracismo na educação- repensando nossa escola. São Paulo. Selo Negro Edições, 2001. p. 161-178.

ROSO, Adriane; STREY, Marlene; GUARESCHI, Pedrinho; e BUENO, Sandra. Cultura e ideologia: a mídia revelando estereótipos raciais de gênero. **Revista Psicologia & Sociedade**; 14 (2): 74-94; jul./dez.2002.

SANT'ANA, Antônio Olímpio de. **História e Conceitos básicos sobre o Racismo e seus derivados**. In: MUNANGA, Kabengele (org.). Superando o racismo na escola. Brasília: MEC, Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SANTANA, Juliana Mendes. **A representação da mulher negra na teledramaturgia brasileira: um olhar sobre a Helena negra de Manoel Carlos**. Brasília, 2010.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros. Identidade, povo e mídia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SOVIK, Liv. **A branquitude e o estudo da mídia brasileira**: algumas anotações a partir de Guerreiro Ramos. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

TRINDADE, Azoilda Loretto. **Valores civilizatórios afro-brasileiros na educação infantil**. Proposta Pedagógica, p. 30, 2005.

VIANA, Hildegardes. **A Bahia já foi assim**. São Paulo: GRD, 1979.